

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANDRÉA CRISTINA GROMOVSKI HENTZ

A POBREZA NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre

2013

ANDRÉA CRISTINA GROMOVSKI HENTZ

A POBREZA NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

Porto Alegre

2013

ANDRÉA CRISTINA GROMOVSKI HENTZ

A POBREZA NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Fillipi
UFRGS

“Herdeiro da Pampa Pobre

*Mas que pampa é essa que recebo agora
Com a missão de cultivar raízes...
Se dessa pampa que me fala a história
Não me deixaram nem sequer matizes?*

*Passam às mãos da minha geração
Heranças feitas de fortunas rotas:
Campos desertos que não geram pão,
Onde a ganância anda de rédeas soltas.*

*Se for preciso, eu volto a ser caudilho
Por essa pampa que ficou pra trás...
Porque eu não quero deixar pro meu filho
A pampa pobre que herdei de meu pai.”*

(Gaúcho da Fronteira; Vainê Darde)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é averiguar se na Metade Sul do Rio Grande do Sul, região continuamente lembrada pela sua condição de estagnação econômica, ocorrem situações de pobreza. Para tanto, recorreu-se ao acervo teórico disponível sobre o que é pobreza, a partir do qual se conclui que seria necessário avaliar as condições de vida da população além da renda, verificando indicadores acerca da qualidade de vida dos habitantes da região. Foram aferidas questões como migração, condições de moradia adequada, óbitos, taxa de alfabetização, entre outros. Os indicadores foram levantados a partir do Censo 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e comparados com os cinquenta maiores municípios do Estado, dos quais quinze integram à Metade Sul. Os indicadores apontaram uma alta correlação entre o fato de os municípios pertencerem à Metade Sul e as condições que levam os indivíduos à pobreza. Um resgate histórico mostra que estes locais, embora já tenham sido os principais centros urbanos do Estado, caracterizam-se pelo predomínio da agropecuária e de uma matriz produtiva pouco diversificada. Os aspectos históricos de formação da região se entrelaçam com a própria formação econômica do Rio Grande do Sul. O que se percebeu, nesse sentido, é que a lógica socioeconômica de região contribuiu para que grandes desigualdades ocorressem, excluindo parte da população do acesso a meios que possibilitassem o pleno desenvolvimento humano. Dentre os fatores de convergência para tal, destacam-se a concentração fundiária, baixo poder aquisitivo da população e incapacidade de expansão das indústrias que lá tentaram instalar-se, como a frigorífica e a têxtil. Atividades como a chegada do polo naval em Rio Grande e a silvicultura prometem reestruturar a região, no entanto, os custos ambientais desta última devem ser detalhadamente monitorados para que os residentes não sejam prejudicados com a degradação de suas terras no longo prazo.

Palavras-chave: Pobreza. Metade Sul do Rio Grande do Sul. Formação Econômica do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The Metade Sul of Rio Grande do Sul state is often recalled for its economical stagnation. The aim of this work is to check if there are poverty situations in that area. For this, theoretical definitions regarding poverty were analyzed and, based on that, it was verified that it would be necessary to evaluate the indicators regarding both life conditions and quality of the inhabitants, not only their income values. Aspects like migration, house conditions, death rate, literacy, among others, were evaluated. Those indicators were gathered from census made between 2000 and 2010 by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and they were compared to the data regarding the 50th biggest cities of the state (15 of them belong to the Metade Sul). Indicators show a strong correlation between conditions that lead to poverty and the location of the cities. However being main urban centers of the state in the past, a historical perspective shows that these cities are characterized by agricultural activity, with a low diversified economy. Historical aspects of the region are fully connected with the economical formation of Rio Grande do Sul state itself. It was verified that the social and economical scheme of the region led to high social differences, and part of the population had no access to means that could provide human development. Unequal land distribution, low acquisitive power and low expansion of the industries that have tried to establish themselves there, such as textile and meat industries, are among the factors that contributed to this scenario. New activities, such as the naval pole at Rio Grande and silviculture, represent an opportunity to restructure the region, but care must be taken in terms of environmental aspects in order not to impact life quality in the long term.

Keywords: Metade Sul of Rio Grande do Sul. Poverty. Rio Grande do Sul economical formation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa e importância do estudo.....	12
1.2 Estrutura do trabalho	12
2 OS DIFERENTES OLHARES SOBRE A POBREZA	14
2.1 Diferentes abordagens sobre o estudo da pobreza.....	14
2.2 A pobreza multidimensional.....	19
2.3 Resultados empíricos	25
3 A METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL	28
3.1 Ocupação e inserção na economia brasileira da Metade Sul.....	28
3.2 Das charqueadas aos frigoríficos	31
3.3 A estagnação econômica da Metade Sul	36
4 A POBREZA NA METADE SUL NO RIO GRANDE DO SUL	40
4.1 A Metade Sul e sua população	40
4.2 O Bioma Pampa e indicadores multidimensionais	46
4.3 Pobreza unidimensional, emprego e perspectivas	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A - Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul – 2010.....	65
APÊNDICE B - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes, por adequação da moradia, segundo os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010.....	66
APÊNDICE C- Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010	67
APÊNDICE D - Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, segundo os municípios, do Rio Grande do Sul - 2010	68
APÊNDICE E - Proporção sobre a população residente dos óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, segundo os municípios do Rio Grande do Sul.....	69

APÊNDICE F - Domicílios particulares permanentes, por existência de energia elétrica, segundo as mesorregiões os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010.....	70
APÊNDICE G - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo os 50 maiores municípios do Rio Grande do Sul - 2010	71
APÊNDICE H - Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010	72
APÊNDICE I - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010	73

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é um Estado de formação econômica heterogênea. Sua ocupação se deu de maneira tardia em relação a outras regiões brasileiras e foi motivada pela necessidade de fixar as fronteiras nacionais. Diferentes povos - como os portugueses, alemães e italianos, entre outros - ocuparam regiões específicas e geraram dinâmicas econômicas próprias, formando grandes mesorregiões que podem ser arbitradas como: a) Metade Norte e Sul; b) Mesorregiões Norte, Nordeste e Sul e c) Região Norte, Região Sul e eixo constituído pela Região Metropolitana e Porto Alegre e Aglomeração Caxias do Sul.

A Metade Sul (Região Sul) do Rio Grande do Sul foi a primeira região gaúcha a ser colonizada, embora já possuísse população indígena. Para assegurar as fronteiras brasileiras, a Coroa portuguesa distribuiu grandes extensões de terras na forma de sesmarias àqueles que se comprometessem a serem fiéis aos seus interesses, geralmente militares que já tinham servido ao país. Desde esse período, a estrutura fundiária não passou por mudanças expressivas. A transformação no sistema de propriedade que poderia ter ocorrido com Lei de Terras (1850), não se consumou; ao contrário disso, apenas foi reafirmada.

As terras próprias para pastagem e o grande número de cabeças de gado à solta tornaram da atividade pecuária uma aptidão natural da região. A comercialização das rezes inseriu a economia gaúcha em nível nacional a partir do aumento da demanda oriunda de Minas Gerais, no período inicial do ciclo do ouro. Os estancieiros, dessa forma, começaram a obter retornos financeiros significativos com a expansão da pecuária, os quais eram, geralmente, reinvestidos no próprio setor. A permanência nessa matriz produtiva deu margem ao aparecimento de teorias - que pregam desde a existência do alto do consumo de carne na Metade Sul, chegando a embasar-se na personalidade conservadora dos agentes econômicos dessa porção do Estado - para justificar essa lógica.

A técnica de conservação da carne através da produção de charque transformou as cidades da Metade Sul nos principais centros econômicos gaúchos. Além do abastecimento ao mercado nacional ter continuado com o ciclo de café - no qual o alimento era fornecido aos escravos -, o produto também passou a ser exportado. Apesar de possuir uma considerável demanda, o consumo deste alimento era fortemente suscetível aos ciclos econômicos, o que exigia um

considerável aporte financeiro como requisito para permanecer nessa atividade. Contribuíam para a manutenção dos preços baixos a forte concorrência com os países platinos, a existência de bens substitutos como o bacalhau e o próprio interesse dos Estados da região sudeste em manter o valor baixo, para preservar sua margem de lucro.

A Abolição da Escravatura (1888) marcou a inversão da conjuntura econômica para os estancieiros, que não eram mais obrigados a alimentar esses trabalhadores. A partir deste momento, a pecuária passou por conjunturas de expansão e retração, voltando a ter representatividade com a chegada de frigoríficos no Rio Grande do Sul nos anos de 1917 e 1918. No entanto, esta tentativa de industrialização encontrou entraves para a incorporação da lógica de produção capitalista no que tange à obtenção de ganhos qualitativos através da introdução de novas técnicas de produção.

A economia de mercado encontrou um cenário propício na Metade Norte do Rio Grande, na qual os imigrantes, que constituíram a população, possuíam a lógica empreendedora de transferir o excedente da produção primária para a indústria. Gradualmente, o progresso dessa região suplantou a relevância econômica da Metade Sul. Contribuiu para esta mudança a estrutura política, que, calcada no ideário positivista na República Velha (1890-1930), beneficiou os empreendimentos da Metade Norte.

Além dos indicadores econômicos, a Metade Norte superou a Metade sul nos indicadores sociais. Essa conjuntura motivou este trabalho, que visa contribuir para o entendimento das situações de pobreza na Metade Sul, comparativamente às da Metade Norte. Nesse sentido, surgem os objetivos específicos de:

- a) Contribuir para o acervo teórico em torno do conceito de pobreza.
- b) Explorar a ligação entre a formação da Metade Sul e as conseqüentes desigualdades socioeconômicas, que contribuíram para que ocorressem situações de pobreza.
- c) Mostrar se o quadro de pobreza na Metade Sul do Rio Grande do Sul se perpetua até os dias atuais.

1.1 Justificativa e importância do estudo

A pobreza é uma triste realidade social que se apresenta de maneiras diversas, como, por exemplo, por meio da carência de necessidades básicas ou simplesmente da falta de dinheiro. Segundo pesquisa realizada pela BBC (2010), a pobreza extrema é considerada um problema muito grave para 71% dos cidadãos de 23 países selecionados - Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Costa Rica, Egito, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Panamá, Quênia, Rússia e Turquia – perdendo para questões como problemas ambientais e custo dos alimentos e energia, que ocupam segundo e terceiro lugares, respectivamente. No Brasil, a proporção da população que aponta a pobreza como algo muito grave chega a 94% do total dos entrevistados.

Uma das maneiras de combater a pobreza é delimitar o seu perfil. Nesse sentido, este trabalho busca trazer à tona os quesitos relacionados ao bem-estar social por meio de indicadores. Esta representação serve para chamar a atenção para os aspectos que mais contribuem para limitar o desenvolvimento socioeconômico da região.

No campo teórico, observa-se um enorme acervo tratando sobre a questão da estagnação econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul e outros tantos trabalhos fazendo alusão ao fenômeno da pobreza. No entanto, a maioria dos materiais limita-se a constatar que foram geradas desigualdades de região. Este estudo pretende unir ambos os campos do conhecimento para detalhar as características da pobreza desse local. Para tanto, foram utilizados principalmente os dados do IBGE do Censo de 2000 e os de 2010, disponibilizados recentemente.

1.2 Estrutura do trabalho

O trabalho inicia-se com um capítulo de revisão teórica no qual se delimitou a noção de pobreza que seria considerada para avaliar a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Buscou-se uma abordagem do conceito partindo da análise de critérios unidimensionais, passando pela abordagem das necessidades básicas e definições de pobreza absoluta e relativa. Em oposição a esta, foi apresentada a visão multidimensional e a decorrente Abordagem da Capacitação de Amartya Sen.

Finalmente, foram mostradas algumas maneiras de mensuração da pobreza além de expor resultados empíricos acerca da miséria brasileira e gaúcha.

Já o segundo capítulo aborda uma revisão bibliográfica sobre a formação econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Parte-se de sua povoação, na qual são expostas as desigualdades de acesso à propriedade, oriundas da concentração de terras promovida pela Coroa portuguesa. Avança-se nessa discussão chegando à formação das estâncias, onde a pecuária foi uma vocação natural de atividade econômica e atingiu seu auge com a produção de charque. Além disso, tratou-se da tentativa de industrializar a região, a qual acabou abortada por fatores como problemas no escoamento da produção, devido à distância de centros consumidores, e o baixo poder aquisitivo dos habitantes locais. Este processo resultou em dificuldades para inserir-se na dinâmica de economia de mercado tanto para a população que permaneceu no campo entorno das estâncias, quanto àqueles que partiram para as cidades.

No último capítulo é proposta uma análise quantitativa de indicadores de pobreza na Metade Sul do Rio Grande do Sul. A pobreza será avaliada comparativamente nos cinquenta municípios mais populosos do Estado, nos quais é encontrado um determinado perfil de pobreza, o que, todavia, não isenta os outros municípios gaúchos de conterem uma proporção de indigentes em sua população. Os indicadores têm como fonte os Censos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios serão ordenados por critérios como a renda, taxa de alfabetização, adequação da moradia, óbitos de crianças de menos de um ano, ocupação, entre outros. O encerramento desta etapa é realizado com um detalhamento das atuais atividades econômicas da região, além de suas perspectivas e potencialidades, que podem retirar parte da população da pobreza ao melhorar sua qualidade de vida, desde que isto ocorra com vistas ao desenvolvimento sustentável.

2 OS DIFERENTES OLHARES SOBRE A POBREZA

Os indicadores de pobreza são geralmente calculados a partir do critério unidimensional da renda. De fato, os recursos financeiros podem ser considerados meios que isoladamente traçam um bom panorama da condição de vida da população. No entanto, a origem das situações de indigência em diferentes lugares está vinculada a uma dinâmica socioeconômica própria, na qual os indicadores multidimensionais revelam-se apropriados para interpretar os entraves à condição de desenvolvimento. Uma comparação entre as vantagens e desvantagens dessas diferentes dimensões será traçada adiante, elucidando os avanços obtidos na mensuração desses diferentes campos do conhecimento.

2.1 Diferentes abordagens sobre o estudo da pobreza

A gradual substituição da economia de escambo, em favor de uma economia monetária ocorrida ao longo da história da humanidade, configurou na inserção da moeda como intermediário comum para considerável parte das trocas. A partir de então, ofertantes e demandantes não precisavam mais encontrar-se para adquirir os bens de que necessitavam, operando no mercado de maneira indireta. Esse processo evoluiu de tal maneira, que permitiu a criação de formas modernas de moeda, tais como a papel-moeda, moeda bancária e a atual moeda eletrônica ou digital, com o objetivo de tornar essa relação ainda mais prática e eficiente.

Dessa maneira, a moeda fixou-se em caráter definitivo na economia contemporânea, mediando a maior parte das relações mercantis. Tendo em vista essa noção, Rocha (2003) considera natural que essa ótica financeira se aplique também ao atendimento das necessidades de cada indivíduo.

Esse raciocínio de viés monetarista trata de traduzir em valores quantificáveis as necessidades subjetivas do homem. Comim e Bagolin (2002) afirmam que é esse entendimento que norteia muitos estudos acadêmicos relevantes, assim como importantes políticas públicas no Brasil que visam à redução da pobreza. Estes autores procuram justificar a predominância desse tipo de medida com base nos seguintes argumentos:

Esta “preferência” por medidas monetárias de pobreza é usualmente justificada com base no: i) grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações associadas ao “ser pobre”, na ii) indisponibilidade de outras estatísticas sociais, na iii) dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões sociais e na iv) necessidade de medidas homogêneas que possibilitem comparabilidade entre distintas regiões ou localidades. (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 1).

No entanto, neste mesmo artigo, os autores acrescentam que a escolha em optar ou não por considerar as necessidades humanas como apenas traduzíveis em dinheiro pode revelar a noção de desenvolvimento de quem realiza o diagnóstico de determinada situação. Para os que optam por uma metodologia apenas quantitativa, tratada até então, o mero aumento dos resultados monetários automaticamente converte-se no bem-estar de todos, enfatizando o “desenvolvimento econômico”. Em oposição a essa concepção, há outra corrente que parte do conceito de “desenvolvimento humano”, a qual trata os recursos financeiros que os indivíduos dispõem apenas como um “meio” para se obter condições de vida dignas. O foco, assim sendo, deve estar nos “fins”, o que remete à consideração de variáveis qualitativas como indicadores de bem-estar social.

Essas diferentes metodologias podem ser compreendidas em duas noções diferentes de pobreza: a pobreza absoluta e a relativa. De acordo com Rocha (2003), a pobreza absoluta está vinculada à manutenção das necessidades básicas de cada indivíduo, inerentes à sua sobrevivência em um padrão mínimo de vida. A pobreza relativa, por sua vez, considera o estilo de vida da sociedade em questão, na qual pobres são aqueles excluídos por não terem condições de possuir um determinado bem relacionado com o exercício de sua sociabilidade. Dessa forma, tanto Rocha (2003) quanto Salama e Destremau (1999) associam a pobreza relativa aos países desenvolvidos, nos quais o mínimo vital é garantido a todos, mesmo havendo grupos desprivilegiados em termos de alguns bens e/ou serviços. Por outro lado, o conceito de pobreza absoluta é relevante nos países em desenvolvimento.

Ainda acerca do tema, Zandonai (2005) faz alusão ao conceito de pobreza subjetiva, definindo-a como a constatação de uma situação de pobreza mediante a observação do próprio padrão de vida e o posterior julgamento sobre se este proporciona condições dignas de sobrevivência. Apesar de esta classificação poder ser considerada uma questão de ponto de vista, ela apresenta, em geral, correlação com aspectos objetivos de mensuração como a renda, por exemplo. Schwartzman (2004), por sua vez, menciona a metodologia das necessidades básicas não

satisfeitas que identifica a pobreza como a condição na qual não se possui condições de suprir necessidades como habitação, nutrição, educação e saúde, não importando o nível de renda disponível.

Finalmente, Martini (2010) realiza a diferenciação entre pobreza crônica e transitória. No caso de pobreza transitória, esta se liga a situações de vulnerabilidade mediante fatores conjunturais como quebras de safra, choques econômicos e problemas relacionados à saúde. No que tange à pobreza crônica, o autor se refere àqueles que estão presos nessa situação, sem acesso ao capital humano, físico e social. Este, sem dúvida, é um dos vieses mais perversos da pobreza, podendo, inclusive, ser propagado de maneira intergeracional.

A pobreza absoluta tende a ser predominantemente mensurada a partir do estabelecimento de uma linha da pobreza e uma linha de indigência (ou de extrema pobreza). Esse processo se inicia, de acordo com Comim e Bagolin (2002), com a escolha de alguns critérios para estipular um valor necessário para se ter uma vida “decente”. Depois de estimado esse rendimento, os que ficarem abaixo desse patamar são, automaticamente, considerados pobres.

Rocha (2003) e Salama e Destremau (1999) fazem menção ao consumo calórico essencial como base para uma linha de indigência ou extrema pobreza e o atendimento de algumas necessidades básicas (habitação, vestuário e transporte) para se chegar a uma linha de pobreza. No entanto, esses critérios não devem ser rigidamente replicados para qualquer população, pois em cada localidade existem modos de vida próprios. Já Oliveira, Neder e Bauinain (2012) mostram que essa questão pode ser abordada a partir de fatores bem mais específicos, por exemplo, ao se tratar a pobreza em termos de insegurança habitacional e condições precárias de trabalho.

Oliveira, Neder e Bauinain (2012) também destacam, em seu trabalho, a constatação da pobreza por meio da avaliação de informações antropométricas da população, que consiste em avaliar a relação peso/altura em relação à idade. O Instituto Cidadania (2001) cita este instrumento de avaliação como um método indireto, todavia, ressalta que o uso renda ainda prepondera devido a muitos casos de má nutrição serem justificados pela ausência de recursos financeiros.

Comim e Bagolin (2002) e Salama e Destremau (1999) realizam uma revisão teórica acerca da metodologia de cálculo das três medidas de pobreza habitualmente utilizadas. Ambos os autores iniciam fazendo referência à

mensuração mais simples de ser calculada: a proporção de pobres. Esta resulta de um quociente entre o número de pobres – definidos como os abaixo da linha da pobreza – e a população total. Assim sendo, a medida permite conhecer quantos são os pobres, contudo, não fornece nenhum indício de como estes estão distribuídos entre si. Além do mais, a profundidade do hiato entre a linha da pobreza e cada rendimento não é levada em conta, o que é preocupante ao se considerar que esta é a medida mais utilizada nas políticas públicas de combate à pobreza.

Na prática, o resultado pode acabar não atingindo os mais necessitados de recursos porque, ao preocupar-se com a redução quantitativa do número de pobres, pode conferir auxílio apenas para aqueles muito próximos da linha da pobreza, ou seja, os que mais facilmente passariam a ser não pobres por estarem na fronteira. Mesmo com tais objeções, medidas pautadas por esse raciocínio seguem sendo utilizadas por instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A segunda medida, hiato médio da renda, emerge na tentativa de amenizar a imprecisão gerada pelo conceito supracitado. Este cálculo busca encontrar a diferença entre a renda dos indivíduos pobres e a linha de pobreza, dividindo-a pela população total. Dessa forma, chega-se a um valor que eliminaria a pobreza totalmente, na medida em que cada indivíduo pobre seria trazido exatamente para a linha da pobreza. No entanto, ao ser calculado um valor médio para estimar a contrapartida financeira, muitas pessoas podem ficar sem o recurso ideal de que necessitam. Em outras palavras, o que desfavorece o uso dessa ferramenta é o fato desta ignorar a extensão de pobreza, ou seja, pode haver muitas pessoas com um baixo nível de privação ou poucas pessoas com este nível extremamente alto.

Finalmente, as lacunas acima podem ser esclarecidas a partir do índice FGT - elaborado e nomeado em homenagem a Foster, Greer e Thorbecke -, que consiste em uma medida decomponível que vincula os hiatos de renda ao grau de desigualdade entre os indivíduos. Se esse hiato de renda não for elevado à potência alguma (P^0), ele representa a proporção de pobres. Quando este é submetido à potência um (P^1), remete ao hiato médio da renda. Dessa forma, no momento em que o hiato é ponderado pelo seu quadrado, tem-se o chamado hiato de renda quadrático médio (P^2), que atribui um peso ainda maior àqueles que estão mais distantes da linha da pobreza.

Apesar de estes serem indicadores úteis para se ter um perfil da população carente, Comim e Bagolin (2002) apontam que as políticas com base nessas referências podem não ser efetivas em alcançar seus beneficiários por trabalharem com a noção de valor médio. Já Rocha (2003) exprime sua preocupação referente a medidas que levam em conta unicamente o critério da renda, pois desconsideram a autoprodução e consumos que não podem ser ponderados por esta dimensão. Salama e Destremau (1999), por exemplo, afirmam que a pobreza rural acaba por ser superestimada por não se levar em conta a produção para consumo próprio, que é mais comum no campo. Scharzman (2004) também indica que há entraves devido ao fato dos valores dos bens e serviços variarem de entre uma região ou outra do mesmo país.

Além do mais, apesar do trio de medidas acima ser de plena aceitação entre os estudiosos e instituições de pesquisa, uma resposta quanto à sua restrição em relação à ótica financeira foi dada por Amartya Sen, cujos pressupostos serão analisados na próxima seção. Dessa forma, Zandonai (2005) e Picolotto (2006) evocam a existência do Índice de Sen, o qual pondera seu valor em função da incidência de pobreza, índice de defasagem de renda per capita e coeficiente de Gini.

Martini (2010), por sua vez, expõe que, além das críticas já mencionadas, existe o fato de se considerar o bem-estar como proporcional à posse de bens. Tal fato desconsidera as peculiaridades do ser humano e também inviabiliza a comparação entre diferentes realidades. Assim sendo, pobreza é um conceito com muito mais profundidade do que se possa imaginar, como pode ser reconhecido através da definição de Oliveira, Neder e Buainain:

A pobreza é, portanto, uma situação de privação e de vulnerabilidade material e humana. Os pobres são vulneráveis a situações de crises políticas ou econômicas são mais susceptíveis a doenças e a catástrofes naturais. A pobreza exerce influência na personalidade do indivíduo, em função da intensidade e da persistência da privação, com consequências para a estabilidade e bem-estar global da sociedade. Embora seja óbvio, para muitos casos nunca é demais repetir o óbvio: a má nutrição na infância compromete o desenvolvimento do indivíduo com reflexos durante toda a vida, o que torna letra morta a igualdade assumida pelas declarações dos direitos humanos e justificam muitas das políticas compensatórias que vêm sendo aplicadas. (OLIVEIRA; NEDER; BUINAIN, 2012, p. 242).

Comim e Bagolin (2002) concluem o raciocínio mencionando que é praxe entre muitos estudiosos reconhecer que a noção de pobreza vai muito além da

renda, ou seja, que possui um caráter multidimensional. No entanto, esta segue sendo mensurada com base nos indicadores monetários. Foi toda essa crítica ao conceito de pobreza unidimensional que motivou Amartya Sen a ir além da definição usual e trazer à tona a Abordagem da Capacitação, que será detalhada adiante.

2.2 A pobreza multidimensional

A partir do reconhecimento de que a pobreza pode possuir diversas facetas, ou seja, de que diz respeito a um fenômeno multidimensional, surgiram algumas abordagens que realizam esforços para entender e operacionalizar esta situação. Dentre estas, merece destaque a Abordagem da Capacitação, que, de acordo com o que Salama e Destremau interpretam da obra de Amartya Sen, atribui um relevante papel aos fatores econômicos, todavia vai além destes na medida em que analisa a pobreza em uma perspectiva que “dá importância às conotações legais, às implicações políticas e a sua pertinência social” (1999). Picolotto (2006) indica que dentre uma das inovações da Abordagem da Capacitação está a ampliação do espaço informacional que conferiu caráter interdisciplinar, deixando legados em campos de pesquisa como pobreza, desigualdade, desenvolvimento, economia do bem-estar, filosofia política, justiça, arranjos sociais, padrões de vida e política social.

Salama e Destremau (1999) introduzem o tema relatando a situação de fome que o economista Amartya Sen passou na Índia em 1934. Este perverso panorama social vivenciado contribuiu para o entendimento de que, muitas vezes, é a incapacidade de adquirir os bens que levam a situações de pobreza e não à escassez desses:

[...] a pobreza seria definida não como a carência frente às necessidades fundamentais de certos bens, não importa o aporte desta noção, mas em termos da falta de realização de certos funcionamentos de base e da aquisição das capacidades correspondentes (SEN, 1992¹, p. 109 *apud* SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 78).

Quando se referem aos funcionamentos Salama e Destremau (1999) e Picolotto (2006) explicam que a definição de Sen caracteriza-os como o que cada pessoa considera valioso ser e ter, como uma vida saudável, prevenção à

¹ Sen A. [1992], *Inequality Reexamined*, Russel Sage Foundation, New York, Clarendon Press, Oxford.

mortalidade prematura, podendo chegar a noções bem mais complexas, como ser feliz e ter uma boa autoestima. Dentro deste contexto, insere-se também a noção de capacidade, que é a agregação de diversas combinações de funcionamentos que a pessoa é capaz de realizar. Em outras palavras: “A capacidade é, assim, um conjunto de vetores de funcionamentos, que reflete a liberdade de uma pessoa levar um ou outro tipo de vida.” (SEN, 1992², p. 39-41 *apud* SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79, tradução do autor).

Mattos e Waquil (2008) apontam que todas as combinações possíveis formam o conjunto capacitário, que, em última instância, reflete a liberdade que o indivíduo possui de escolher o modo de vida que anseia dentro do universo dos funcionamentos. Comim e Bagolin (2002) assinalam que a própria liberdade de escolha possui um valor intrínseco para um indivíduo, sendo, dessa forma, “constitutiva da pessoa”. Desse modo, mais possibilidades de escolha são diretamente proporcionais à melhoria da qualidade de vida. As escolhas realizadas estão ligadas ao aspecto de agência do indivíduo, que, conforme Picolotto (2006) se relaciona com a liberdade em buscar objetivos e valores próprios, podendo estes ter ou não um vínculo com o próprio bem-estar da pessoa.

Picolotto (2006), Leão (2004) e Crespo e Gurovitz (2002) ilustram essas definições por meio de um caso clássico utilizado por Sen para evidenciar a correspondência entre capacitação e liberdade de se obter funcionamentos. Este supõe uma situação na qual uma pessoa abastada decida fazer jejum enquanto outro ser humano está sendo impelido a passar por fome extrema. Apesar de ambos não se alimentarem, a primeira pessoa possui um conjunto capacitário diferente da segunda pelo fato de ter a possibilidade de escolher entre estar nutrido ou não.

Dessa forma, Zandonai (2005) e Picolotto (2006) concluem que a pobreza consiste na privação de capacitações. Em última instância, Silva e Neder (2010) observam a pobreza como situação que não permite às pessoas ter o tipo de vida que anseiam por não possuírem oportunidades reais para tal. A ideia de pobreza é explicada por Sen:

a) pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacitação; a abordagem concentra-se em privações que são

² Sen A. [1992], *Inequality Reexamined*, Russel Sage Foundation, New York, Clarendon Press, Oxford.

intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente).

b) Existem *outras* influências sobre a privação das capacitações – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).

c) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação é *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional)" (SEN, 2000, p. 109-10)

Dessa forma, a liberdade torna-se o cerne do conceito de desenvolvimento, que seria plenamente alcançado no momento em que os indivíduos não tivessem mais restrições em escolher o seu próprio destino. Silva e Neder (2010) concluem que o combate à pobreza se dá por meio da garantia e aumento das liberdades individuais, que, conseqüentemente, expandem as capacitações individuais. Embora não seja consenso entre os autores, estes afirmam que esse processo resultará na expansão das capacitações coletivas.

Comim e Bagolin (2002) alegam que um importante mérito da Abordagem da Capacitação foi a ampliação do espaço informacional acerca da avaliação de determinada situação. No entanto, salientam que o exercício avaliativo proposto por esta abordagem é algo extremamente complicado por considerar fatores substantivos que resultam em “diferentes dimensões de complexidade à sua operacionalização”. (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 8) Além do mais, também há uma questão complicada no que tange à maneira com que cada pessoa avalia os funcionamentos.

A complexidade de operacionalização aprofunda-se, conforme Salama e Destremau (1999), por essa abordagem não considerar o vínculo entre utilidade e rendimento com o bem-estar, que são os meios em que mais se encontram informações. A pobreza deve levar em conta, dessa maneira a: “[...] inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-los em capacidades de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular.” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

De acordo com Salama e Destremau (1999), Sen também questiona o uso da renda ou das necessidades alimentares como meios de quantificar a pobreza. A justificativa para isto é que cada um possui uma capacidade própria de transformar o bem recebido de maneira que lhe satisfaça, e, além disso, há necessidades diversas e um grau de urgência único para cada uma delas:

A relação entre renda e capacidade é demasiadamente afetada pela idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muitos jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades de maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, a propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou tem um controle apenas limitado. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6)

Waquil e Mattos (2008) referem-se à operacionalização da Abordagem da Capacitação como uma fronteira de pesquisa, devido ao fato de que ainda não há um método consolidado capaz de lidar com variáveis tão diversas e subjetivas. Piccolotto (2006) conclui esse raciocínio a partir do trabalho de Robeyns, que observa a Abordagem da Capacitação não como uma teoria que ambiciona explicar a pobreza, a desigualdade ou o bem-estar. Seu mérito, entretanto, está em fornecer instrumentos que permitam conceituar e avaliar tais fenômenos.

Em sua obra, Sen (2010) atribui o crédito da discussão a figuras como Adam Smith e Aristóteles, que estiveram na vanguarda da preocupação quanto à noção bem-estar. Além do próprio Amartya Sen, a discussão sobre pobreza vem sendo aprimorada por outros estudiosos como Martha Nussbaum, quem Piccolotto (2006) diz possuir uma especial preocupação com a indigência no sentido de estabelecer uma lista de capacitações e centralizar sua discussão nos princípios legais básicos e garantias constitucionais. Crespo e Gurovitz (2003) citam, também, a contribuição de Deepa Narayan, que anseia aperfeiçoar a definição de pobreza ouvindo o que os próprios pobres ao redor do mundo têm a dizer sobre sua condição; essas entrevistas são conhecidas como Avaliações Participativas de Pobreza.

O novo paradigma que a discussão multidimensional suscitou busca promover o bem-estar, ao invés de valorizar somente o crescimento econômico. Em virtude deste, surgiram novas maneiras de captar o desenvolvimento humano, estágio no qual a pobreza seria plenamente superada. Dentre as tentativas de obter algum grau de mensuração de pobreza subjetiva, surgiram alguns índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De acordo com o PNUD (2013), o IDH surgiu com intuito de confrontar o Produto Interno Bruto (PIB), um indicador unidimensional que classifica os países apenas em sua dimensão econômica. Salama e Destremau (1999) e Piccolotto (2006) contam que ele foi introduzido em 1990 no primeiro Relatório Mundial sobre Desenvolvimento Humano do PNUD. A

intenção, no momento da criação do IDH, foi tentar abordar os aspectos básicos do desenvolvimento humano, identificando o essencial que cada pessoa deve possuir para integrar-se e contribuir socialmente. O IDH é, portanto,

[...] uma medida do controle que as pessoas tem sobre seu destino, mas não pretende ser um instrumento de medida do desenvolvimento humano na sua globalidade. O IDH só pode ser significativo, evidentemente, se combinado com outros indicadores de desenvolvimento humano; o paradigma do IDH contém, na verdade, quatro aspectos essenciais: a produtividade, a justiça social, a durabilidade e o controle das pessoas sobre seu destino. (PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1995 apud SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 83)

O responsável pela criação do indicador foi Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen. Quanto ao índice, no entanto, devem ser feitas ressalvas como as de Salama e Destremau (1999), que apontam que os progressos medidos pelo IDH são isentos de custos sociais e não podem possuir uma contrapartida negativa. Esta afirmação significa que a piora de uma das dimensões não pode ser compensada à custa do aumento de outra. Já o relatório da PNUD atenta que,

Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. (PNUD, 2013).

De periodicidade anual, o IDH passou por mudanças metodológicas em 2010, que resultaram na exclusão de alguns países para os quais os dados eram insuficientes. Entre as mudanças, no campo da renda, a Renda Nacional Bruta (RNB) per capita veio substituir o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Já na educação, as matrículas brutas foram trocadas pela expectativa dos anos de escolaridade para as crianças na faixa etária de início da vida escolar e, para a população adulta, a média dos anos de escolaridade substituiu as taxas de alfabetização. A base de cálculo se dá a partir da média geométrica de dados em relação à saúde, educação e renda. Estas medidas, que podem variar entre 0 e 1, são representadas por:

Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2013)

Algumas medidas foram criadas no intuito de aprimorar os resultados obtidos pelo IDH, tais como Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), criado no ano de 2010. De acordo com PNUD (2013), o IDHAD serve para expor as desigualdades que surgem na ponderação média das dimensões. O que ocorre é o desconto do “valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade”. (PNUD, 2013).

A questão de gênero é abordada pelo Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que busca captar tais desigualdades com base em: saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A dimensão da saúde reprodutiva é mensurada a partir das taxas de mortalidade materna e as de fertilidade entre as adolescentes. Já a questão da conquista de autonomia é parametrizada com a comparação entre os gêneros da proporção de assentos parlamentares ocupados e a obtenção de ensino superior. Finalmente, a atividade econômica é obtida a partir da taxa de participação no mercado de trabalho por gênero.

O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), por sua vez, é aplicado nos domicílios e visa à captação das privações múltiplas que neles ocorrem. As dimensões abordadas são educação, saúde e padrão de vida, que são obtidas por meio de uma pesquisa domiciliar.

Finalmente, Zandonai (2005) e Picolotto (2006) fazem menção ao Índice de Pobreza Humana (IPH), que tenta captar a realidade de diferentes nações por meio de sua divisão em IPH-1 para os países em desenvolvimento e IPH-2 para os desenvolvidos. No cálculo do IPH-1 é levado em conta o percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos, a proporção de adultos analfabetos, a taxa de indivíduos sem acesso a serviços de saúde e água potável e o percentual de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso. Para o cálculo do IPH-2, porém, passa a ser considerada uma expectativa de vida de 60 anos, o percentual

de indivíduos em que a habilidade de ler e escrever está longe do adequado, a taxa de pessoas com renda disponível menor do que 50% da média e o desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

2.3 Resultados empíricos

No diz respeito às medidas unidimensionais, não há um consenso sobre que valor se adotar na prática para a linha de pobreza. Costuma-se trabalhar meio salário mínimo per capita para a linha da pobreza e um quarto de salário mínimo per capita para a linha de extrema pobreza. Oliveira, Buainain e Neder (2012) justificam o uso desse parâmetro devido a seu respaldo legal. De acordo com a Lei, o salário mínimo é definido como

a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL. Presidência da República. Lei n. 399, de 30 de abril de 1938).

Segundo a Lei, o salário mínimo deve suprir não apenas as despesas com alimentação, mas também algumas necessidades básicas dos indivíduos. Todavia, o valor atual de R\$ 678,00, o qual entrou em vigor em janeiro de 2013, está muito aquém do necessário de acordo com o cálculo que o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 1993) efetua do valor ideal do Salário Mínimo Necessário para suprir a necessidade de uma família composta por duas crianças e dois adultos. Tal estimativa é realizada em dezesseis capitais e usa como base o custo mensal da alimentação. De acordo o DIEESE (2013), o Salário Mínimo Necessário atingiu o valor de R\$ 2.824,92 em maio de 2013.

Seguindo os parâmetros para orientação do Programa Bolsa Família do Governo Federal, o IPEA, através de estudo realizado por Osório, Soares e Souza (2010), definiu como linha de extrema pobreza a renda de R\$ 70 per capita, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar. Este valor foi obtido a partir da decomposição de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo vigente em 2003 atualizado para setembro de 2010 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Finalmente, o Banco Mundial adota uma linha de US\$ 1 ou US\$ 2 per capita/dia.

Conforme os dados extraídos do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dada a linha de pobreza estabelecida de acordo com as diretrizes do Programa Bolsa Família, o número de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza chega a 16,2 bilhões. Esta pobreza é historicamente concentrada nas regiões Nordeste e Norte do país.

Apesar do estado do Rio Grande do Sul não figurar entre os mais pobres, se comparado ao restante do Brasil, este possui profundas desigualdades que geram situações de pobreza. Nesse caso, os dados do IBGE indicam que 306,6 mil gaúchos viviam em situação de extrema pobreza no ano de 2010.

O perfil dessa população foi investigado por uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o IBGE. Por tipo de domicílio, são 199,8 mil gaúchos (64,5%) vivendo nas áreas urbanas, enquanto 106,8 mil destes (34,8%) residem em áreas rurais. Em termos de gênero, as mulheres são as mais afetadas pela pobreza (51,7%). Quanto às faixas etárias, os maiores percentuais estão com os indivíduos entre 25 e 65 anos (39,7%) e de 5 a 14 anos (27,5%).

Já em termos de indicadores multidimensionais, de acordo com PNUD (2011), o Brasil possui o 84º IDH de um total de 187 países em 2011 com um valor de 0,718, que permite que ele seja classificado como país de “desenvolvimento humano elevado” – dentre as rotulações de desenvolvimento humano muito elevado, elevado, médio e baixo. Esta classificação é liderada pela Noruega, Austrália, Holanda e Estados Unidos e tem como últimos classificados Moçambique, Burundi, Níger e República Democrática do Congo. No que se refere ao IDHAD, o Brasil sobe para a posição 73º entre 134 países. Em termos de Índice de Desigualdade de Gênero, o país ocupa a posição 80 entre 146 países.

Um estudo que retrata a complexidade do Estado foi realizado por Waquil e Mattos (2002). Ao compararem aspectos de um Rio Grande do Sul rural e um urbano, apontam que, quanto à esfera da renda, apesar de ambas as regiões apresentarem uma considerável desigualdade, a renda média rural acaba sendo inferior à urbana no estado do Rio Grande do Sul. Os mesmos autores, no ano de 2003, procuraram abordar aspectos além da renda, tais como condições de habitação, escolaridade e saúde. A conclusão do estudo com base nessas novas variáveis também apontou que as condições de vida representaram quase sempre índices mais baixos (associados à falta de acesso a determinado recurso) no meio

rural em comparação ao urbano. Além do mais, o acesso a tais serviços acaba por aumentar conforme cresce a renda domiciliar. Destarte, além de o problema ser distributivo, há entraves na promoção das necessidades básicas que podem ir contra o desenvolvimento das capacitações, convergindo com a visão de Sen supracitada.

Embora estes valores permitam uma boa visualização dos dados, o mero perfil estatístico deixa muitas questões em aberto. Faz-se necessário identificar e caracterizar a pobreza distante da região metropolitana gaúcha, na qual o acesso aos recursos relacionados às necessidades básicas, como educação e saúde, é mais difícil. Para isso, o próximo capítulo tratará da formação histórica e das peculiaridades da Metade Sul do Rio Grande do Sul, região conhecida pela sua situação de estagnação econômica frente ao restante do estado e consequentes situações de pobreza.

3 A METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A forma de ocupação de um território influencia no seu uso, na escolha das atividades produtivas, bem como nas relações sociais praticadas na região. Assim sendo, abordar alguns aspectos históricos da Metade Sul do Rio Grande do Sul é pertinente para identificar o contexto no qual as desigualdades foram gestadas. A partir daí, o entendimento sobre as consequentes situações de pobreza poderá se dar com maior clareza.

3.1 Ocupação e inserção na economia brasileira da Metade Sul

Tendo-se discutido a noção de pobreza no capítulo anterior, constatou-se que o Rio Grande do Sul não está livre de possuir um contingente populacional de pobres e indigentes. No entanto, não se pode afirmar que essa pobreza apresenta as mesmas características em todas as partes do Estado. Nesse contexto, muitos estudiosos assinalam inclusive que o território gaúcho se divide em grandes regiões a partir de sua formação histórica, além de características econômicas e sociais.

Embora seja amplamente difundida a separação entre Metade Norte e Metade Sul, autores como Alonso e Bandeira (1994) e Waquil e Filippi (2008) mostram que essa divisão é mais complexa, podendo-se identificar três regiões gaúchas: Nordeste, Norte e Sul. A Nordeste, segundo os autores, é constituída pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, bem como as áreas de abrangência econômica dessas cidades. É uma área que teve sua colonização fundada partindo da pequena propriedade que se converteu em um expressivo polo industrial, contando com aglomerações urbanas em seu entorno.

As áreas coloniais presentes no Nordeste, por meio de migração da sua população, promoveram desmembramento de alguns latifúndios, resultando em uma estrutura de pequenas e médias propriedades na Região Norte. Essa parte do Estado foi inicialmente dotada de uma ampla gama de atividades, que acabaram por ceder lugar às lavouras mecanizadas de trigo e soja. Finalmente, chega-se à Região Sul, na qual os autores julgam ser traço histórico-econômico fundamental a estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras na mão de poucas pessoas. Seria esse o ponto de partida que influenciou aspectos comuns à região, como a

elevada concentração de renda, a distância entre os centros urbanos, a baixa densidade populacional e o predomínio da pecuária.

Dessa forma, torna-se nítido como a formação econômica de uma região pode influenciar na qualidade de vida de sua população, mesmo se passando muito tempo dessa consolidação da economia. É nesse sentido que se escolheu a Região Sul – tratada daqui adiante como sinônimo de Metade Sul – para buscar explicar como a pobreza foi influenciada por essa dinâmica. Faz-se necessário, portanto, abordar alguns aspectos relevantes quanto à formação histórica da região, que permitirá a compreensão de suas peculiaridades. Para a revisão teórica realizada neste capítulo, será considerada apenas a dicotomia entre Metade Norte e Metade Sul por se tratar da divisão que os autores aqui referidos mencionam.

Nesse sentido, em seu estudo Rocha (2011) começa sua retomada histórica ressaltando a relevância que os acontecimentos na Europa, durante o século XV, tiveram para a ocupação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. De acordo com este autor, foi a lógica mercantilista que despertou o interesse europeu na busca por novos territórios, visando principalmente à obtenção de metais preciosos. Nesta mesma época foi assinado o Tratado de Tordesilhas (1494), que definiu que a posse sobre as terras seria consumada com a sua ocupação de fato, o que despertou dos portugueses e espanhóis a atenção para a região sul do Brasil, outrora esquecida. Embora houvesse o interesse em delimitar as fronteiras, a falta de reservas minerais e a ausência de alguma iguaria importante para a metrópole excluíram a região dos interesses da Coroa nesse período.

Rocha (2011) e Alves e Silveira (2008) apontam que os primeiros indícios de criação de gado no Estado apareceram com os jesuítas, povoação de padres espanhóis estabelecida por volta de 1626. A população indígena nativa juntou-se aos padres, passando a ser catequizada e introduzida ao ritmo de trabalho das reduções. Este contingente de mão de obra despertou o interesse dos bandeirantes paulistas, que careciam de escravos no período e acabaram, através de suas violentas investidas, por dizimar essa primeira povoação, ocasionando, assim, a partida dos jesuítas. Posteriormente, o gado abandonado nessas terras deu origem a imensas reservas, que se estendiam até o litoral, as quais foram denominadas de Vacarias do Mar e dos Pinhais.

O retorno dos jesuítas, conforme Rocha (2011), deu-se com os Sete Povos das Missões em 1682. Com isso, a criação bovina recomeçou e, com o auxílio dos

índios, um grande rebanho foi conquistado. O rumo dos acontecimentos foi alterado a partir do Tratado de Madri (1750), no qual os jesuítas tinham que abandonar zona das Missões que passou a pertencer aos portugueses. Houve resistência por parte dos índios em deixar as terras, fato que ficou refletido nas Guerras Guaraníticas e no conseqüente massacre desta população. O que restou naquelas terras foi um enorme rebanho, solto, desgovernado e com liberdade para reproduzir-se.

Rocha (2011) elucida que o Rio Grande do Sul passou a criar um vínculo econômico com o restante do Brasil apenas a partir do início do ciclo do ouro na região de Minas Gerais, no princípio do século XVII. O território da região mineradora era caracterizado por zonas montanhosas, o que impossibilitava a criação de animais, que eram abundantes em terras gaúchas. Surge, com esse fato, em Portugal, o interesse em uma ocupação definitiva do território brasileiro.

A escolha feita por Portugal, de acordo com Rocha (2011), foi a distribuição de sesmarias para pessoas de confiança, geralmente oficiais do exército que serviram ao país. As propriedades eram extensas e os beneficiados comprometiam-se a assegurar o território, defendendo-o das investidas dos castelhanos. Além das exigências serem baixas, a fiscalização não era efetiva, principalmente quanto à distribuição de um único lote por pessoa. Em muitos casos, um sujeito acabava recebendo mais de uma sesmaria e estas poderiam ser registradas em nomes de parentes próximos ou até das futuras gerações.

Os grandes lotes logo se converteram em estâncias. Segundo Rocha (2011), a pecuária foi uma opção produtiva que surgiu naturalmente entre os antigos oficiais, dada a abundância de cabeças de gado na região. Arend e Cário (2005) relacionam o desinteresse em investir em outras atividades ao clima recorrente de guerra dessa região fronteiriça.

Em 1850, a ocupação desordenada das sesmarias originou a Lei de Terras. Esse episódio, entretanto, não esteve livre de condutas ilícitas. A legalização das terras exigia procedimentos burocráticos aos quais os pequenos proprietários muitas vezes não tinham conhecimento ou acesso, acabando com suas propriedades tomadas pelos grandes senhores de terras. Arend e Cário (2005) e Dalbianco, Brito e Neumann (2009) chamam a atenção para como esses dois processos acentuaram as desigualdades na região.

Arend e Cário (2005) acrescentam que as terras acabavam inacessíveis aos mais necessitados pelo fato de a posse das sesmarias ser concedida

exclusivamente a quem possuísse outra propriedade. Já Dalbianco, Brito e Neumann (2009), a partir de revisão da tese de Cesar da Ros, chegam a comparar o destino dos pequenos proprietários ao dos indígenas da região por ambos terem sido expropriados de suas terras, com a distribuição das sesmarias e a legalização fundiária, respectivamente. O autor cita que as leis não tiveram o objetivo de promover uma reforma agrária, mas impor barreiras de acesso a terra aos mais pobres. Muitos dos pequenos proprietários acabaram migrando para as cidades e, os que decidiram permanecer no campo, viviam ao redor das estâncias em condições precárias de vida.

3.2 Das charqueadas aos frigoríficos

A história do Rio Grande do Sul está permeada por estereótipos que, no momento em que estudados mais profundamente, revelam-se incoerentes com a realidade. Nesse sentido, Bandeira (1994) escreve que, embora os estancieiros sejam frequentemente taxados como atrasados e pouco propensos a inovações, esta distinção geralmente não é contextualizada.

Primeiramente, muito se questiona o motivo dos estancieiros não terem investido na área da agricultura na região, pois apenas o cultivo do arroz conseguiu obter alguma expressividade nestas terras. A produção vegetal que ocorria era em pequena escala, voltada para a subsistência. Rocha (2011) justifica essa exclusividade pelo fato do consumo dos habitantes da região acabar ficando muito restrito à carne, limitando a presença de outras atividades. Além do mais, a origem militar dos estancieiros e o poder obtido com a posse dos latifúndios difundiram a crença de que os trabalhos manuais da lavoura deveriam ser realizados por escravos. Acrescenta-se a isso também a constatação de que as terras de região eram impróprias para a agricultura.

Bandeira (1994) aponta que, mesmo a partir do momento em que a pecuária passou a apresentar sinais de declínio, os estancieiros mantinham seus recursos alocados nesta mesma atividade, tanto pelo desconhecimento de outras formas produtivas, quanto pelas características geográficas da região. Como já possuíam o essencial para sobreviver com os lucros proporcionados pelo gado, não viam a necessidade de aplicar seus recursos na agricultura, que exigia um aporte considerável de capital em sua implementação para a compra de equipamentos,

sementes e gastos com mão de obra. Destarte, pode-se afirmar que o conservadorismo dos estancieiros pertencia a uma racionalidade própria, que primava pela segurança ao invés de obterem-se ganhos exorbitantes. Era preferível um padrão de vida satisfatório e com ganhos menos expressivos do que se chegar ao rendimento ótimo correndo algum risco.

Rocha (2011) e Bandeira (1994) reportam que um fenômeno frequente no período foi a incorporação das terras dos estancieiros menores pelos grandes latifundiários. Não possuindo um aporte financeiro para defender-se dos períodos de oscilação da economia do charque, os pequenos proprietários acabavam desfazendo-se de suas terras e partindo para as cidades. Ao deparar-se com uma lógica empreendedora completamente diferente nos novos locais, o despreparo de muitos os levou à falência, conduzindo os seus descendentes a condições de miséria. Contribuíram também para o desmembramento das grandes estâncias a partilha dessas propriedades por situações de herança.

Conforme a atividade pecuária foi consolidando-se na Metade Sul, Rocha (2011) destaca que as autoridades começaram a preocupar-se quanto ao exclusivismo do setor pecuário para o desenvolvimento da região. Visualizava-se uma baixa tendência à inovação e uma concentração de renda que resultava em um número expressivo de desempregados e pobres. Esse cenário pode ser vislumbrado no discurso de Álvaro Baptista, antigo Ministro da Fazenda:

A nossa indústria mais rendosa, a que produz mais para o Estado e para os particulares é a do charque; mas é certo que é uma indústria transitória. O charque não transpõe ainda os limites das repúblicas platina e do Brasil, senão para ir a Cuba. É, portanto, uma indústria que tende a desaparecer; e, como nossa principal riqueza consiste na criação do gado, o futuro econômico do Rio Grande está ameaçado, e desde já cumpre-nos resolver o problema do emprego do nosso gado. (A FEDERAÇÃO³, 1909, p.66, apud FONSECA, 1983, p. 57).

Para essa população carente, restava o ideário de valentia de um homem de honra com um histórico de guerras. De acordo com Dalbianco, Brito e Neumann (2009), essa ideologia foi imposta pelos proprietários para encobrir as desigualdades sociais, fazendo com que os peões de estâncias, sem outra opção de vida, vivessem desse passado. Rocha (2011) aponta que a única liberdade existente de fato era a

³ Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Álvaro Baptista. Porto Alegre, A Federação, 1909, p.66.

que tinham os estancieiros em empregar ou não os gaúchos - conforme sua necessidade.

Rocha (2011) relata que, gradualmente, as estâncias começaram sua organização produtiva na forma de charqueadas. Fialkow (2012) descreve que nesses locais a carne era seca e salgada pelo braço escravo, o lhe conferia uma perecibilidade menor e aumentava o seu mercado potencial. No entanto, quanto à estrutura econômica, poucas mudanças ocorreram: “Porém, mesmo com a indústria charqueadora, que possibilitou o uso mais sistemático da carne, as formas de produção continuaram praticamente inalteradas.” (ROCHA, 2011, p. 109).

Na terceira década do século XIX, a produção do charque atinge significativas proporções, pois, de acordo com Rocha (2011) e Alves e Silveira (2008), os concorrentes platinos passavam por um período conturbado devido às guerras de independência e houve uma expansão do consumo no centro do Brasil, em que o alimento era consumido pelos mais pobres e fornecido aos escravos. O produto também entrou para a pauta de exportações, chegando, no início de século XX, a países como: Inglaterra, Uruguai, Estados Unidos, Bélgica, Argentina, Portugal, Itália, Áustria e França.

Dessa forma, assinala Rocha (2011) que esta atividade passou a ser a principal fonte de recursos para o Rio Grande do Sul, consolidando como polos as cidades de Pelotas, devido ao expressivo número de charqueadas, e Rio Grande, que possuía o porto para escoar a produção. Fonseca (1983) acrescenta que, além do charque, outros produtos ganham destaque, porém todos vinculados à pecuária, seja ela bovina ou equina - chifre, graxas, ossos, cabelos, gado em pé, couros – ou ligada à pecuária ovina - lã. O enriquecimento dos estancieiros permitiu-os ampliar sua influência inclusive no campo da política.

No entanto, conta Rocha (2011), a Independência do Brasil (1822) marca os primeiros embates entre charqueadores e o Império brasileiro. Apesar de favorecidos anteriormente pela Coroa, os produtores seriam agora onerados por taxas de importação do sal, um dos principais insumos nas charqueadas, e impostos sobre a lésua de terra. Esses motivos econômicos somados a intensa concorrência com os platinos foram algumas das razões que culminaram na Revolução Farroupilha (1835). Os charqueadores, de acordo com Arend e Cário (2005), viam na política um meio de obter ajuda para enfrentar a concorrência via imposto de importação.

A ameaça quanto ao charque vindo dos países platinos devia-se à técnica mais avançada de produção que estes possuíam, além dos preços mais competitivos do produto. De acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002) em levantamento a partir do relatório Engevix Engenharia denominado de “Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul”, o governo destes países incentivava o incremento das técnicas de produção - via cuidados veterinários, cercamentos, confinamentos, entre outros -, o que não acontecia com os vizinhos gaúchos. Ademais, Rocha (2011), expõe que muitos pesquisadores viam na presença da mão de obra assalariada na Argentina e Uruguai uma vantagem para favorecer a expansão da lógica capitalista. Pode-se afirmar também, que no momento em que a escravidão passou a dar indícios de seu final, esses países não viram seus custos aumentar em oposição ao Rio Grande do Sul.

Embora os charqueadores exigissem tais mudanças, conforme coloca Rocha (2011), não foi possível evitar uma crise desencadeada por uma baixa significativa no preço do charque. Os próprios grandes centros consumidores do Brasil não eram favoráveis à manutenção do preço do charque em patamares elevados devido ao valor do alimento refletir no preço final de seus produtos de exportação, pesando sobre seus lucros.

Este processo de estagnação atinge um estado considerado irreversível, segundo Rocha (2011), com a Abolição da Escravatura (1888), que não obrigava mais os proprietários a fornecerem alimentos para seus dos escravos, diminuindo a demanda por charque. Fonseca (1983) acrescenta a isso a existência do bacalhau como um substituto para o produto nos momentos em que o valor do charque estivesse em alta.

Segundo Ilha, Alves e Saravia (2002) colaborou para a estagnação definitiva da região o fato de nem as charqueadas, nem os posteriores frigoríficos serem capazes de sustentar um processo de crescimento ou introduzir alguma diversificação. Sobre isso, Rocha sentencia:

Os estancieiros da região, no princípio do século XX, exigiam do Estado uma política protecionista para o setor pecuário, pois acreditavam que a pecuária sendo a atividade predominante da economia do Rio Grande do Sul deveria ser socorrida. [...] A economia da Metade Sul mostra-se, durante este período, incapaz de renovar e transformar sua base econômica, não alternando sua estrutura produtiva e inviabilizando a alavancagem no processo de desenvolvimento [...]. (ROCHA, 2011, p. 138-139)

Além disso, Batista, Silveira e Alves (2013) mencionam que as empresas da Metade Sul não trataram de fortalecer uma ligação com o mercado regional, que mesmo assim era restrito a Pelotas e Rio Grande. Não era raro também, conforme Bandeira (1994), que quem possuísse algum poder aquisitivo – estancieiros, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e militares - alocasse grande parte de seu consumo aos produtos importados, de melhor qualidade.

Arend (2013) aprofunda a análise referente à estagnação da região e alega que a origem do problema pode ser explicada a partir da definição dos direitos de propriedade. A distribuição desses direitos na Metade Sul formou uma sociedade de latifundiários defensores do monopólio para suas atividades. Dentro das reivindicações dessa classe, encontravam-se melhorias nos transportes, fomento à assistência técnica e sanitária até a criação de um frigorífico nacional. Esta última exigência foi apoiada pelo governo gaúcho, afirma Martins (2013) embasado em Sandra Pesavento, facilitando a entrada de capital estrangeiro, promovendo a renovação tecnológica da pecuária.

Martins (2013), ainda em sua revisão acerca do estudo de Sandra Pesavento, encontrou o indício da instalação de três frigoríficos de capital estrangeiro entre os anos de 1917 e 1918. Em Santana do Livramento, instalaram-se o Wilson e Armour. Rio Grande, por sua vez, recebeu a Cia. Swift S.A. do Brasil. Além do mais, Albuquerque (2011), citando estudo de Eugênio Lagemann, acrescenta que para financiar tais empreendimentos o Rio Grande do Sul passou a sediar também alguns bancos estrangeiros. Pode-se mencionar a presença de dois de origem inglesa – British Bank of South América e o Bank of London & South América – e um de capital Americano – National City Bank of New York.

Com a entrada desses frigoríficos, com capital estrangeiro, os ganhos eram expatriados, gerando poucos efeitos multiplicadores e baixo dinamismo na região. Albuquerque (2011) também atribui parte da favelização do município de Rio Grande a este episódio, pois a cidade passou a atrair um significativo contingente populacional em busca de trabalho.

No final desse processo, descreve Rocha (2011), o charque havia decaído da pauta de exportações, dando lugar à carne frigorificada. Os frigoríficos trouxeram consigo novas técnicas de produção que exigiam mudanças qualitativas na atividade pecuária. Todavia, mesmo com as reivindicações feitas pelo mercado internacional, a região não foi capaz, conforme Arend e Cário, de formar uma “ [...] empresa

capitalista plenamente configurada que revolucionasse os meios de produção pecuária (AREND E CÁRIO, 2005, p. 86)”.

3.3 A estagnação econômica da Metade Sul

Nas seções anteriores, mostrou-se que tanto a distribuição das sesmarias quanto a lei de terras não promoveram uma distribuição democrática dos territórios do Estado. Conforme Alves e Silveira (2008) destacam, tais processos desenvolviam-se conforme os interesses da Coroa portuguesa. Porém, o novo contexto capitalista ia de encontro com a prática da política de imigração, que objetivava difundir o trabalho livre e contribuir com o povoamento das regiões periféricas. Para Arend e Cário (2005), esta política se fazia importante por fazer frente ao latifúndio, uma vez que consistia na distribuição de pequenos lotes.

Dessa forma, a Metade Norte teve uma lógica de colonização completamente diferente da Metade Sul. Como consequência disso, segundo Alves e Silveira (2008) vislumbram-se várias heterogeneidades entre as atividades econômicas praticadas, influenciando a extensão das propriedades, sistemas produtivos, entre outros.

Alves e Silveira (2008), citando Pedro Silveira Bandeira, afirmam que a maior distribuição de renda foi resultado do somatório da pequena propriedade com uma agricultura diversificada. Assim sendo, os pequenos proprietários por meio do intercâmbio de sua produção excedente começaram a prosperar e buscar expandir seus negócios. Dentre os produtos agrícolas cultivados, Fonseca (1983) enumera que os mais relevantes eram a carne, milho, banha, erva-mate, trigo, feijão, cana de açúcar, lentilha e batatas.

De acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002), a maior densidade populacional oriunda da presença dos minifúndios, proporcionou um mercado consumidor com poder aquisitivo para adquirir os produtos das manufaturas simples da Metade Norte. Destarte, Rocha (2011) revela que os centros urbanos eram pequenos e situados próximos uns dos outros, ao contrário da Metade Sul que contava com grandes cidades rarefeitas.

A relevância do apoio governamental foi apontada por Rocha (2011), que expõe sua importância no fornecimento de sementes e na abertura de canais de distribuição. Batista, Silveira e Viana (2005) somam a isso a promoção da autossuficiência em energia elétrica que propiciou a criação de um parque industrial.

Ilha, Alves e Saravia (2002), em seu artigo, levantaram que o processo de urbanização a partir de uma base econômica calcada no setor primário foi prejudicial para a Metade Sul ao impedir o interior da região de reter a população local, resultando em uma urbanização precoce. O mais preocupante, entretanto, é que os autores constataram, através dos dados populacionais e de produto, que “ [...] o processo de declínio encontra-se num estágio contínuo e prolongado, tanto em termos sociais como em termos econômicos, fato que torna extremamente necessária uma alternativa de reconversão” (ILHA, ALVES E SARAVIA 2002, p. 18).

O papel decisivo que a introdução das mudanças tecnológicas teve foi salientado por Bandeira (1994), por serem elas naturalmente poupadoras de mão de obra. Nesse sentido, cabe citar modificações estruturais resultantes do cercamento dos campos e a subdivisão das áreas de pastoreio, além da colocação de bretes e troncos para reter os animais no pasto. Dalbianco, Brito e Neumann (2009) fazem uma análise mais profunda, especialmente quanto aos cercamentos, narrando que aos antigos peões restava apenas migrar para as cidades ou permanecer nos rincões próximos às estâncias à disposição dos senhores de terras.

Assim sendo, o levantamento de Bandeira (1994) permite afirmar que a grande parte população dos grandes centros da região como Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento, Santa Maria e Uruguaiana, era composta por descendentes de escravos ou por antigos peões de estância e se encontrava em situações de pobreza. Para o autor, mesmo estes centros urbanos passaram gradualmente a expulsar populações, que migraram para áreas mais dinâmicas em busca de oportunidades.

A mudança do polo hegemônico do Rio Grande do Sul também foi influenciada pela conjuntura política. O início da República Velha (1890-1930), de acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002), trouxe consigo a redefinição do papel das economias regionais em favor de uma economia nacional voltada para o setor secundário. Com isso, afirmam Arend e Cário (2005), a sociedade gaúcha passa por uma significativa transformação. Houve uma alteração nas bases produtivas, cujos interesses prevaleceriam conforme a determinação da política.

Rocha (2011) afirma que, o novo contexto social e as mudanças políticas se chocaram com os interesses da classe estancieira. O Partido Federalista passou a ser integrado por estancieiros, e possuía um discurso que enfatizava a importância que o setor da pecuária teve em períodos anteriores e parte do pressuposto de que

este mesmo setor, devidamente apoiado, promoveria o desenvolvimento ao alcançar novos centros consumidores. Dessa forma, Arend e Cário (2005), explicam que, na verdade, o que se exigia era uma política protecionista, com a reivindicação de estradas, portos e uma taxaço do charque platino.

Os novos interesses do governo, de acordo com Rocha (2011), eram refletidos pelo Partido Republicano, o qual possuía um viés calcado no positivismo. Seu projeto pretendia livrar o Rio Grande do Sul da dependência da pecuária, apostando na diversificação agrícola. Arend e Cário (2005) citam que este projeto ia de encontro ao tipo de cultivo praticado na Metade Norte. A implementação do novo projeto aconteceu, embora não sem turbulências, como se pode exemplificar com a Revolução Federalista (1893), na qual a classe dos estancieiros tenta recuperar seu antigo poder. De acordo com Arend (2006), todas as revoltas por parte dos estancieiros estão inseridas dentro de uma mesma lógica:

No Rio Grande do Sul, os empresários da Campanha, sucessivamente, optaram por reformular os contratos no arcabouço institucional existente, ou seja, mudaram as regras do jogo através de mudanças nas regras formais. Economicamente, os empresários optaram por continuar atrelados ao salgamento da carne, não investindo recursos no processo de frigorificação. No período republicano, os empresários gaúchos da pecuária continuaram reformular contratos ao invés do rearranjo produtivo. As Guerras contra o Estado Regional, em 1893 e 1923, têm o mesmo sentido da Revolução Farroupilha: mudar as regras formais para maximizarem o retorno de suas atividades, em detrimento de atividades produtivas. Ao que parece, para a elite empresarial do Sul era melhor transferir a questão da mudança institucional para a arena política. Assim, a concorrência externa (mudança em preços relativos) podia até trazer consigo possíveis empresários perdedores no campo econômico, mas estes se utilizavam do artifício político para corrigir suas perdas, alterando a estrutura de preços relativos. (Arend, 2006, p. 15)

Rocha (2011) afirma que estas políticas de investimento permitiram abrir novos mercados para os produtos coloniais. Nesse sistema, houve uma transferência de excedentes econômicos do setor agrícola para o industrial, justificada por muitos estudiosos pela lógica empreendedora dos agentes imigrantes. Além da produção ser consumida na própria região e entornos, esta também conquistou o sudeste do Brasil. Bandeira (1994) cita que até houve tentativa de estabelecimento de indústrias na Metade Sul com a indústria têxtil, no entanto, esta empreitada não obteve êxito.

De acordo com Ilha, Alves e Saravia (2002), o declínio da Metade sul pode ser entendido pela incapacidade que os capitais estabelecidos na região tiveram de se consolidar e promover sua expansão. Os setores da região foram gradualmente

perdendo a competitividade, ainda mais em um contexto de globalização em que os mercados estão interligados. A explicação dada pelos autores, é, então, a de que:

O declínio na Metade Sul em termos de industrialização, produção agropecuária, bem como no somatório do produto dos setores produtivos, encontra melhor explicação na falta de respostas da região frente às barreiras que foram impostas ao seu processo de desenvolvimento neste último século, além do pouco empreendedorismo da região. (ILHA, ALVES E SARAVIA, 2002, p. 17)

Nesse sentido, Alonso (2006) destaca que nem ao menos houve uma tentativa de modificar a estrutura social e de propriedade da terra. É por isso que Ilha, Alves e Saravia (2002) recomendam que ocorram ações e intervenções de todos os níveis governamentais. Essas devem contar com o apoio de toda sociedade, desde instituições de pesquisa, empresariado e universidades, para buscar a reconversão da região com uma perspectiva que vise ao desenvolvimento sustentado.

Portanto, entender a formação econômica da Metade sul gaúcha se faz necessário para melhor contextualizar a origem da exclusão que nela ocorre, não só em termos de renda, mas como no acesso a serviços básicos. No próximo capítulo será realizada uma tentativa de mensurar tais aspectos da região, comparando sua condição de desenvolvimento com outros municípios gaúchos.

4 A POBREZA NA METADE SUL NO RIO GRANDE DO SUL

No capítulo anterior definiu-se a região que será estudada - a Metade Sul do Rio Grande do Sul - bem como se fez um breve levantamento expondo os principais pontos de sua formação econômica. A partir de agora, o objetivo será mostrar se as características elencadas como típicas da região, que contribuíram para que fossem geradas as situações de pobreza, foram superadas ou se a tendência de atraso ainda se perpetua nesse território. Para tanto, serão utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantados nos últimos Censos de 2000 e 2010.

4.1 A Metade Sul e sua população

Embora a divisão feita por Alonso e Bandeira (1994) tenha sido considerada no capítulo anterior, para o levantamento dos indicadores deste capítulo será usada a discriminação por municípios contida no Atlas das Mesorregiões – Brasil (2013). Esta publicação é fruto de um estudo efetuado pelo Ministério da Integração Nacional, a partir do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO). Nessa iniciativa, foram realizados levantamentos das principais características de treze mesorregiões – Águas Emendadas, Alto Solimões, Bacia do Itabapoana, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Grande Fronteira do Mercosul, Seridó, Vale do Rio do Acre, Vales dos Jequitinhonha e do Mucuri, Vales dos Ribeira e Guaraqueçaba e Xingó e Metade Sul do Rio Grande do Sul –, nas quais se percebem expressivas desigualdades.

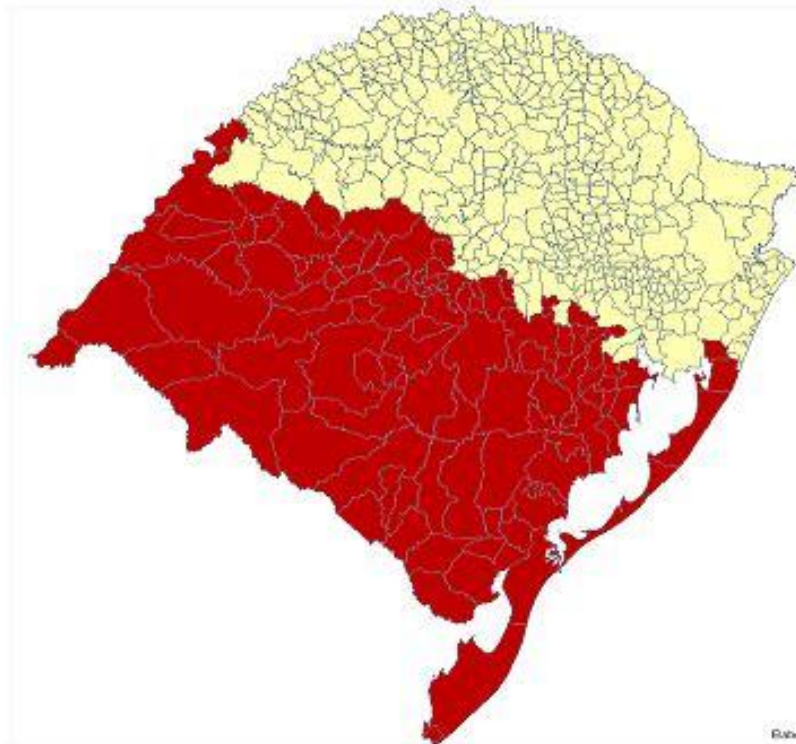
A Metade Sul do Rio Grande do Sul corresponde ao mesmo espaço tratado até então, só que contendo também os municípios com pouco tempo de existência, o que resulta em uma análise completa dos dados. Foram contabilizados 105 municípios (Quadro 1) do total de 496 que fazem parte do Rio Grande do Sul.

Quadro 1 - Municípios que integram a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande de Sul			
Acegua	Chuí	Minas Do Leão	Santiago
Agudo	Chuvisca	Morro Redondo	São Borja
Alegrete	Cristal	Mostardas	São Francisco De Assis
Amaral Ferrador	Dilermando De Aguiar	Nova Esperança Do Sul	São Gabriel
Arambaré	Dom Feliciano	Nova Palma	São Jerônimo
Arroio Do Padre	Dom Pedrito	Novo Cabrais	São Joao Do Polesine
Arroio Dos Ratos	Dona Francisca	Palmares Do Sul	São Jose Do Norte
Arroio Grande	Encruzilhada Do Sul	Pântano Grande	São Lourenço Do Sul
Bagé	Faxinal Do Soturno	Paraíso Do Sul	São Martinho Da Serra
Barão Do Triunfo	Formigueiro	Passo Do Sobrado	São Pedro Do Sul
Barra Do Quarai	Garruchos	Pedras Altas	São Sepé
Barra Do Ribeiro	General Câmara	Pedro Osório	São Vicente Do Sul
Butiá	Herval	Pelotas	Sentinela Do Sul
Caçapava Do Sul	Hulha Negra	Pinhal Grande	Sertão Santana
Cacequi	Itaara	Pinheiro Machado	Silveira Martins
Cachoeira Do Sul	Itacurubi	Piratini	Tapes
Camaquã	Itaqui	Quarai	Tavares
Candelária	Ivora	Quevedos	Toropi
Candiota	Jaguarão	Restinga Seca	Tupanciretã
Canguçu	Jaguari	Rio Grande	Turucu
Capão Do Cipó	Jarí	Rio Pardo	Unistalda
Capão Do Leão	Julio De Castilhos	Rosário Do Sul	Uruguaiana
Capivari Do Sul	Lavras Do Sul	Santa Margarida Do Sul	Vale Verde
Cerrito	Macambara	Santa Maria	Vila Nova Do Sul
Cerro Branco	Manoel Viana	Santa Vitória Do Palmar	
Cerro Grande Do Sul	Mariana Pimentel	Santana Da Boa Vista	
Charqueadas	Mata	Santana Do Livramento	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Brasil (2013).

Estima-se que a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul possua uma área aproximada de 154.099 km². Embora esta região represente mais de metade da área do Estado (Figura 1), não totaliza nem um quarto do total dos municípios. Pode-se observar que no restante do Estado ocorreu uma tendência de criação de novos municípios não vista na região da Metade Sul.

Figura 1 – Mesorregião Metade sul do Rio Grande do Sul



Elaboração própria com base nos dados de Brasil (2013).
Nota: Elaborado com *Philcarto*: <http://philcarto.free.fr>

Dentre os municípios que compõem a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, este capítulo pretende focar nas características dos municípios que, outrora, foram os principais centros urbanos do Rio Grande do Sul, relacionados à pecuária extensiva, economia do charque e frigorificação, além de indústrias que não atingiram a maturação, como a têxtil. Os indicadores obtidos para estes municípios serão situados comparativamente aos cinquenta maiores municípios gaúchos em termos populacionais, que, aproximadamente, correlacionam-se àqueles que possuem mais de 40 mil habitantes e são regiões predominantemente urbanas. Para as próximas tabelas, os municípios pertencentes à Metade Sul estarão destacados em cinza (Tabela 1).

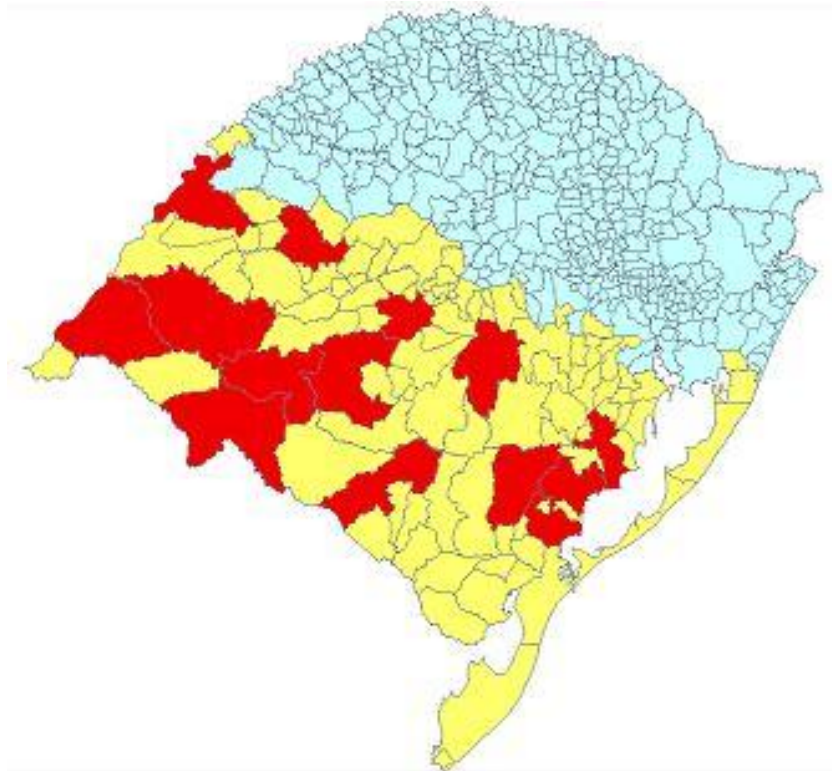
Tabela 1 - População residente nos 50 mais populosos municípios do Rio Grande do Sul

Porto Alegre	1 409 351	Santo Ângelo	76 275
Caxias do Sul	435 564	Sapiranga	74 985
Pelotas	328 275	Lajeado	71 445
Canoas	323 827	Santa Rosa	68 587
Santa Maria	261 031	Venâncio Aires	65 946
Gravataí	255 660	Farroupilha	63 635
Viamão	239 384	Cruz Alta	62 821
Novo Hamburgo	238 940	Camaquã	62 764
São Leopoldo	214 087	São Borja	61 671
Rio Grande	197 228	Vacaria	61 342
Alvorada	195 673	São Gabriel	60 425
Passo Fundo	184 826	Campo Bom	60 074
Sapucaia do Sul	130 957	Montenegro	59 415
Uruguaiana	125 435	Carazinho	59 317
Santa Cruz do Sul	118 374	Taquara	54 643
Cachoeirinha	118 278	Canguçu	53 259
Bagé	116 794	Parobé	51 502
Bento Gonçalves	107 278	Santiago	49 071
Erechim	96 087	São Lourenço do Sul	43 111
Guaíba	95 204	Estância Velha	42 574
Cachoeira do Sul	83 827	Capão da Canoa	42 040
Santana do Livramento	82 464	Tramandaí	41 585
Esteio	80 755	Osório	40 906
Ijuí	78 915	Rosário do Sul	39 707
Alegrete	77 653	Santo Antônio da Patrulha	39 685

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

A primeira conclusão que se permite tirar é a de que, dessa totalidade de municípios, apenas quinze fazem parte da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (Tabela 1) – Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Uruguaiana, Bagé, Cachoeira do Sul, Santana do Livramento, Alegrete, Camaquã, São Borja, São Gabriel, Canguçu, Santiago, São Lourenço do Sul e Rosário do Sul –, o que pode ser considerado um baixo número, sendo cerca de menos de um terço do total. Estes municípios estão situados próximos uns dos outros, formando uma aglomeração expressiva na região sudoeste gaúcha e próxima à Lagoa dos Patos (Figura 2).

Figura 2 – Quinze municípios mais populosos da Metade Sul do Rio Grande do Sul



Elaboração própria com base nos dados de Brasil (2013) e IBGE (2010).
 Nota: Elaborado com *Philcarto*: <http://philcarto.free.fr>

O *déficit* populacional, assunto abordado na seção 3.3 deste trabalho, foi incentivado pela limitação do acesso das terras - motivada pelos cercamentos e demarcações -, atraindo muitos para as cidades em busca de emprego nas indústrias. No entanto, a elevada demanda por empregos para empreendimentos pouco intensivos em mão de obra obrigou muitas pessoas a buscar outros territórios, gerando um processo de migração. As atividades rurais, como o cultivo do arroz, trigo e soja, também usam pouca mão de obra por unidade de terra cultivada. A análise dos dados do Censo IBGE de 2000 e 2010 mostra que esses municípios seguem a tendência de expulsar população, o que pode configurar a falta de uma atividade econômica e/ou condições de vida que não permitam atingir níveis de desenvolvimento satisfatório, o que será avaliado na próxima seção. Pode-se observar que, dos 13 maiores municípios que perderam população, 10 são da Metade Sul (Tabela 2). Na contramão, possuem tendência de crescimento; por ordem: Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, Camaquã e Canguçu.

Tabela 2 - População nos 50 maiores municípios e variação absoluta, 2000 e 2010 – Rio Grande do Sul

Município	População em 2010	População em 2000	Variação Absoluta da População 2010-2000
Cruz Alta	62.825	71.254	-8.429
Santana do Livramento	82.513	90.849	-8.336
Alegrete	77.673	84.338	-6.665
Cachoeira do Sul	83.827	87.873	-4.046
São Borja	61.662	64.869	-3.207
Santiago	49.082	52.138	-3.056
Bagé	116.792	118.767	-1.975
São Gabriel	60.508	62.249	-1.741
Uruguaiana	125.507	126.936	-1.429
Rosário do Sul	39.751	41.058	-1.307
Carazinho	59.301	59.894	-593
São Lourenço do Sul	43.114	43.691	-577
Santo Ângelo	76.304	76.745	-441
Ijuí	78.920	78.461	459
Esteio	80.669	80.048	621
Guaíba	95.230	94.307	923
Canguçu	53.268	51.447	1.821
Taquara	54.656	52.825	1.831
Camaquã	62.759	60.383	2.376
Santo Antônio da Patrulha	39.679	37.035	2.644
Novo Hamburgo	239.051	236.193	2.858
Santa Rosa	68.595	65.016	3.579
Vacaria	61.345	57.341	4.004
Pelotas	327.778	323.158	4.620
Venâncio Aires	65.964	61.234	4.730
Montenegro	59.436	54.692	4.744
Osório	40.941	36.131	4.810
Erechim	96.105	90.347	5.758
Sapiranga	75.020	69.189	5.831
Campo Bom	60.081	54.018	6.063
Parobé	51.481	44.776	6.705
Lajeado	71.481	64.133	7.348
Estância Velha	42.589	35.132	7.457
Sapucaia do Sul	130.988	122.751	8.237
Farroupilha	63.641	55.308	8.333
Tramandaí	41.655	31.040	10.615
Santa Cruz do Sul	118.287	107.632	10.655
Rio Grande	197.253	186.544	10.709
Cachoeirinha	118.294	107.564	10.730
Capão da Canoa	42.047	30.498	11.549
Alvorada	195.718	183.968	11.750
Viamão	239.234	227.429	11.805
Bento Gonçalves	107.341	91.486	15.855
Passo Fundo	184.869	168.458	16.411
Santa Maria	261.027	243.611	17.416
Canoas	324.025	306.093	17.932
São Leopoldo	214.210	193.547	20.663
Gravataí	255.762	232.629	23.133
Porto Alegre	1.409.939	1.360.590	49.349
Caxias do Sul	435.482	360.419	75.063

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2000 e 2010).

4.2 O Bioma Pampa e indicadores multidimensionais

A pobreza é um conceito difícil de ser delimitado, conforme se pode concluir em seções anteriores deste trabalho. Com certa frequência surgem trabalhos que propõem variadas metodologias para lidar com tal fenômeno. Por exemplo, muitos estudiosos, como Feijó e Menezes (2008) e Oliveira e Pereira (2011), já usaram do instrumental da econometria para identificar as desigualdades e potencialidades da Metade Sul e do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Dessa forma, de uma maneira simples, nessa seção são levantados alguns indicadores para os cinquenta mais populosos municípios do Rio Grande do Sul. Primeiramente, os municípios serão organizados de maneira a captar os que se encontram em piores condições em esferas como educação, condições de moradia e mortalidade. Nos quadros adiante, os cinquenta maiores municípios estarão organizados na forma de *ranking*, sendo apenas expostos os que ocuparam as vinte primeiras colocações. A ordenação completa de tais municípios se encontra nos apêndices deste trabalho.

A primeira faceta a ser avaliada é a organização dos maiores municípios do Estado em termos educacionais, representada pela taxa de alfabetização das pessoas de cinco de idade ou mais. O que se nota é que, dos vinte que possuem menores valores para este indicador, onze são da Metade Sul (Tabela 3), o que é uma proporção elevada. Percebe-se também que todos estes municípios estão abaixo da média do Rio Grande do Sul. O único local da região que obtém destaque positivo nesse indicador, como pode ser vislumbrado no Apêndice A, afastando-se da tendência dos demais, é Santa Maria, cidade conhecida por abrigar um polo universitário. Uma boa educação, sem dúvidas, reflete na formação do indivíduo e no seu futuro acesso ao mercado de trabalho e nas próprias condições de inserção na sociedade.

Tabela 3- Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade (%)
Rio Grande Do Sul	94,1
Canguçu	90,1
Santo Antônio da Patrulha	90,2
São Gabriel	91,0
Rosário do Sul	91,2
Cachoeira do Sul	91,6
Camaquã	91,6
São Borja	92,4
Parobé	93,2
Alvorada	93,4
Alegrete	93,5
Vacaria	93,6
Rio Grande	93,6
Tramandaí	93,7
Viamão	93,7
São Lourenço do Sul	93,8
Capão da Canoa	93,8
Sapiranga	93,8
Bagé	93,8
Taquara	93,9
Uruguaiana	94,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

O segundo aspecto a ser levado em conta é o da adequação das moradias calculado pelo IBGE. De acordo com Alves e Cavenaghi (2006), os domicílios podem ser divididos em:

1. Domicílios adequados: Domicílio particular permanente com rede geral de abastecimento de água, com rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até 2 moradores por dormitório;
2. Domicílios semi-adequados: Domicílios particulares permanentes com pelo menos um serviço inadequado;
3. Domicílios inadequados: Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, mar ou outra forma, e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.” (ALVES E CAVENAGHI, 2006, p. 274)

No momento em que estes índices são organizados para o Rio Grande do Sul, chama a atenção a proporção que o Estado possui de domicílios em condições semi-adequadas, atingindo cerca de 43,5% dos moradores em domicílios permanentes. O que mais alarma, no entanto, é como os municípios da Metade Sul ficam dispostos nessa classificação em ordem decrescente por condição de inadequação: ocupam treze posições dos vinte municípios avaliados, além de ficarem nas primeiras nove posições de maneira consecutiva (Tabela 4). As condições de moradia refletem em condições de vida dignas e deixam claro que algo deve ser feito para melhorar o bem-estar da população dessas cidades. Esta tendência é corroborada ao serem analisados os dados acerca da existência de banheiro ou sanitário (Apêndice C), destino do lixo (Apêndice D) e os municípios nos quais a Metade Sul também obteve as piores colocações.

Tabela 4 - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes, por adequação da moradia, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Moradores em domicílios particulares permanentes			
	Total	Adequação da moradia		
		Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Rio Grande Do Sul	10 632 450	55,76	43,50	0,73
Canguçu	53 048	28,32	62,38	9,30
São Lourenço do Sul	42 864	34,78	60,49	4,74
Camaquã	62 209	61,36	36,05	2,59
São Gabriel	59 537	53,90	44,23	1,87
São Borja	61 275	46,29	52,25	1,46
Cachoeira do Sul	83 137	30,97	67,70	1,33
Rosário do Sul	39 513	49,95	48,77	1,27
Alegrete	77 082	58,72	40,10	1,19
Santana do Livramento	82 129	59,37	39,52	1,12
Venâncio Aires	65 515	60,07	38,90	1,03
Uruguaiana	124 352	56,14	42,98	0,87
Vacaria	60 938	74,77	24,70	0,53
Pelotas	326 938	65,87	33,64	0,49
Santa Cruz do Sul	117 377	76,07	23,51	0,41
Bagé	116 348	63,26	36,33	0,41
Santo Antônio da Patrulha	39 526	38,17	61,46	0,37
Taquara	54 211	45,62	54,01	0,37
Cruz Alta	62 404	32,28	67,35	0,37
Canoas	323 066	73,47	26,17	0,35
Santa Maria	259 311	68,28	31,39	0,32

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).

Outra variável levada em consideração foi o número de óbitos de crianças de menos de um ano de idade, aqui calculada como uma proporção da população residente de cada município. Este indicador como um todo se apresenta favorável para o Rio Grande do Sul, o que pode refletir as diversas iniciativas governamentais acerca da gravidez sadia e prevenção da mortalidade infantil. Não se pode dizer que houve uma correlação com o fato de as cidades pertencerem à Metade Sul do Rio Grande do Sul com este indicador (Tabela 5).

Tabela 5 - Proporção sobre a população residente dos óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

(em %)		
Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	População Residente	Óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010
Rio Grande Do Sul	10 693 929	0,0134
Vacaria	61 342	0,0245
Farroupilha	63 635	0,0204
Santo Antônio da Patrulha	39 685	0,0202
Taquara	54 643	0,0201
Alvorada	195 673	0,0194
Cachoeira do Sul	83 827	0,0191
Sapiranga	74 985	0,0187
Montenegro	59 415	0,0185
Passo Fundo	184 826	0,0184
Santiago	49 071	0,0183
Uruguaiana	125 435	0,0183
Santana do Livramento	82 464	0,0170
Tramandaí	41 585	0,0168
Capão da Canoa	42 040	0,0167
Cruz Alta	62 821	0,0159
Erechim	96 087	0,0156
Parobé	51 502	0,0155
Canguçu	53 259	0,0150
Santa Maria	261 031	0,0149
Caxias do Sul	435 564	0,0149

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

Finalmente, o último fator elencado como relevante foi a presença de energia elétrica nos domicílios particulares permanentes do Rio Grande do Sul. O Estado, como um todo, apresenta uma baixa proporção de moradores sem acesso à energia elétrica, o que pode estar relacionado a um esforço do Governo Federal, com iniciativas como o Programa Luz para Todos, lançado em 2003. Além do mais, o baixo valor também pode ser explicado devido ao fato de se estar abordando áreas predominantemente urbanas, nas quais esse recurso é mais acessível se comparado às zonas rurais. O que preocupa, porém, é que, apesar de o indicador não apresentar um valor relativamente elevado, quatorze dos vinte municípios ordenados são da Metade Sul (Tabela 6), lembrando que a avaliação leva em conta 15 municípios da Mesorregião Metade Sul. Dessa forma, essa é uma proporção muito alta e apenas Santa Maria figura novamente com uma tendência diferente dos demais.

Tabela 6 - Domicílios particulares permanentes, por existência de energia elétrica, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Existência de energia elétrica	
		Tinham	Não tinham
Rio Grande do Sul	3 599 604	99,642	0,358
São Gabriel	19 975	98,283	1,717
São Lourenço do Sul	13 375	98,946	1,054
Santana do Livramento	27 381	99,098	0,902
Alegrete	25 921	99,151	0,849
Canguçu	17 565	99,249	0,751
Rosário do Sul	13 158	99,270	0,730
Uruguaiana	37 422	99,287	0,713
São Borja	19 594	99,393	0,607
Cruz Alta	21 283	99,450	0,550
Santo Antônio da Patrulha	13 791	99,456	0,544
Cachoeirinha	38 874	99,501	0,499
Cachoeira do Sul	29 374	99,530	0,470
Ijuí	26 781	99,537	0,463
Pelotas	113 951	99,542	0,458
Camaquã	20 758	99,566	0,434
Taquara	18 505	99,606	0,394
Bagé	38 504	99,610	0,390
Rio Grande	66 606	99,619	0,381
Tramandaí	13 768	99,622	0,378
Santiago	17 202	99,651	0,349

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

Os indicadores levantados até este momento mostram que o acesso a serviços básicos nos centros urbanos da Metade Sul é mais difícil do que em outros municípios do Estado. Sobre isto, Anesi (2007) cita que:

A situação econômica desta região, sempre preterida aos grandes investimentos de nível estadual e federal, em favor da região serrana e metropolitana, claramente não acompanhou a índice de desenvolvimento o índice de desenvolvimento daquelas, e se vê “mergulhada” em problemas sociais de desemprego, falta de moradia e pobreza, típicos do subdesenvolvimento e da exploração capitalista, não refletindo sua história e riqueza natural. (ANESI, 2007, p. 351)

É também interessante notar que Benetti (2007) aponta que o município de Cruz Alta, embora não faça parte da Mesorregião Metade Sul, liga-se a esta em termos de formação socioeconômica pautada pela lógica do latifúndio. Este fato pode ser um indício de como a forma do uso de terra contribui para explicar o baixo desenvolvimento humano.

Em Brasil (2013) é salientado que dentre os patrimônios que a Metade Sul possui, há o cultural, que gira em torno da figura do gaúcho, e o patrimônio natural, que consiste na região do Pampa e suas características naturais peculiares. Matei e Filippi (2012) salientam a relevância que tal região apresenta tanto em termos de extensão, por cobrir o maior Estado gaúcho, como devido à grande biodiversidade. O Pampa é uma região na qual os recursos naturais começaram a passar por mudanças desde sua colonização, relacionada com a atividade pecuária pautada pela lógica do latifúndio. Essa trajetória seguiu com a questão da rizicultura, chegando, nos anos de 1960, aos cultivos de trigo e soja. Finalmente, uma questão com a qual o território se defronta é a introdução da silvicultura e sua possibilidade de gerar desenvolvimento sustentável.

A silvicultura ainda é um ponto que suscita discussão, pois, ao mesmo tempo em que promete gerar estímulo econômico e empregos à região, pouco se conhece sobre a proporção da degradação ambiental que este tipo de cultivo trará para o Estado. Benetti (2007) expressa sua preocupação quanto à agressiva política de indução ao plantio que está ocorrendo na Metade Sul. Anesi (2007), por sua vez, recomenda que as mudanças econômicas introduzidas pela indústria da celulose sejam vistas em termos de toda a cadeia produtiva, compatibilizando a produção com o desenvolvimento da região e preservação ambiental. Muitos questionam se o crescimento econômico, que poderá atenuar as condições de pobreza da população,

deve ser dar ao custo de uma perda qualidade de vida no longo prazo devido às externalidades ambientais. Essa preocupação é exposta por Matei e Filippi (2012):

A substituição de vegetação natural por monoculturas implicará alterações no ambiente, em termos de perda de biodiversidade, degradação dos solos e processos de arenização, além de problemas como a contaminação dos solos e da águas, especialmente nas lavouras associadas à rizicultura e ao uso de herbicidas (MATEI; FILIPPI, 2012, p. 11).

Sobre a indústria arrozeira, Ayres et. al. (2010), aponta que o arroz gaúcho é plantado por sistema irrigado, considerado mais produtivo que o tipo sequeiro. Os cinco municípios que se destacaram, em 2007, em termos de produção são da Metade Sul: Uruguaiana, Itaqui, Alegrete, Santa Vitória do Palmar e São Borja. O beneficiamento do arroz ocorre em indústrias da região, que apesar de distantes dos principais centros consumidores, possuem como vantagens a presença de um ambiente propício para plantio e a pouca necessidade de contratar trabalhadores.

4.3 Pobreza unidimensional, emprego e perspectivas

A seção anterior constatou que a Metade Sul apresenta, em muitos aspectos, indicadores que apontam para uma maior precariedade nas condições de vida comparativamente ao restante dos municípios do Estado. De fato, a formação de cidades com elevada densidade populacional nesses centros não acompanhou o ritmo dos indicadores sociais como em outras regiões gaúchas. Deve-se salientar, no entanto, que quando a pobreza é avaliada em termos relativos para todos os municípios do Rio Grande do Sul, os índices mais expressivos de pobreza poderão ser encontrados na Região Norte – quando considerada a divisão Sul, Norte e Nordeste. Não se trata, todavia, do mesmo tipo de pobreza avaliada neste trabalho, mesmo assim, sua incidência não deixa de ser preocupante.

Finalmente, chega-se à pobreza em termos de renda, a medida mais difundida para mensurar este fenômeno. Nesse caso, o IBGE calcula a classe de rendimento das pessoas com de 10 anos ou mais. Observa-se que esse tipo de pobreza também se faz presente nessa região, sendo que seus municípios ocupam quatorze dos vinte primeiros lugares (Tabela 7) quando ordenados em termos de sem rendimento até meio salário mínimo – medida usualmente usada para definir a linha da pobreza.

Tabela 7 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo os 50 maiores municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Total	Pessoas de 10 anos ou mais de idade							Sem rendimento (2)
		Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)							
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	
Rio Grande Do Sul	9 326 208	3,88	20,10	25,51	15,33	4,43	1,39	0,46	28,90
Canguçu	46 504	10,62	29,93	17,42	7,20	1,43	0,30	0,09	33,02
São Borja	53 491	6,71	24,97	18,63	9,87	2,83	0,75	0,24	36,00
Santana do Livramento	70 961	6,61	26,96	19,28	10,03	3,15	0,85	0,30	32,82
São Lourenço do Sul	38 279	6,60	30,00	21,16	10,15	2,43	0,59	0,17	28,90
Rosário do Sul	34 369	6,46	28,96	18,55	9,87	2,69	0,66	0,16	32,66
São Gabriel	52 327	6,32	26,71	18,94	9,49	3,13	0,97	0,28	34,15
Alegrete	67 955	6,13	24,51	20,84	10,96	3,65	0,91	0,25	32,75
Santiago	43 197	5,74	25,02	21,05	12,94	4,85	1,19	0,26	28,94
Santo Angelo	66 474	5,51	21,40	24,81	14,06	4,44	1,50	0,48	27,80
Cachoeira do Sul	73 443	5,30	25,03	22,52	12,06	3,54	0,98	0,23	30,33
Uruguaiana	104 888	4,74	20,86	20,85	11,29	3,17	0,95	0,32	37,83
Camará	54 523	4,64	25,70	21,16	11,25	2,59	0,58	0,19	33,89
Ijuí	69 399	4,45	19,91	25,47	16,09	4,64	1,29	0,37	27,78
Bagé	101 065	4,34	24,93	20,87	11,14	3,74	1,05	0,31	33,61
Cruz Alta	54 468	4,32	21,72	22,24	14,16	4,48	1,16	0,32	31,59
Venâncio Aires	58 422	4,18	28,81	30,50	11,71	2,36	0,52	0,15	21,76
Santa Rosa	60 271	3,94	19,22	28,13	16,23	4,20	1,07	0,25	26,95
Santo Antônio da Patrulha	34 697	3,48	30,60	26,09	10,97	2,28	0,51	0,12	25,96
Rio Grande	171 384	3,47	20,15	21,12	15,08	4,25	1,25	0,29	34,39
Pelotas	288 954	3,45	21,64	22,75	13,30	4,26	1,43	0,38	32,79

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010)

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

(em %)

Os menores rendimentos são geralmente relacionados à falta de oportunidades de trabalho. Para verificar se este é o caso da região, avaliou-se também o nível de ocupação das pessoas maiores de dez de idade em ordem crescente. Para os municípios da Metade Sul, o índice novamente apresentou um valor expressivo. Sabe-se que as atividades mais significativas na região, como a pecuária e o cultivo do arroz, não são intensivas em mão de obra, o que contribui para a falta de vagas.

Tabela 8 - Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
Rio Grande Do Sul	59,4
Rio Grande	48,0
Rosário do Sul	48,6
Bagé	49,6
São Borja	49,7
São Gabriel	50,1
Tramandaí	50,6
Alegrete	51,6
Uruguaiana	51,7
Pelotas	51,8
Cachoeira do Sul	52,9
Santana do Livramento	53,6
Santa Maria	53,9
Sapucaia do Sul	54,4
Carazinho	54,5
Guaíba	54,7
Camaquã	54,8
Gravataí	54,9
Alvorada	55,3
Esteio	55,4
Santiago	55,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).

Além de detectado um baixo nível de ocupação, também deve ser avaliada a qualidade desta, representada, aqui, pela contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). O fato de o trabalhador estar contribuindo, independentemente do tipo de trabalho, garante-lhe, além da aposentadoria, uma série de benefícios em situações de vulnerabilidade, como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, seguro desemprego, auxílio-maternidade, entre outros. Dessa forma, a constatação do menor número de contribuintes – quatorze dos vinte municípios (Tabela 9), também se faz inquietante.

Tabela 9 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

(em %)

Vinte dos cinquenta maiores municípios do RS	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho		
	Total	Condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho	
		Contribuintes	Não contribuintes
Rio Grande Do Sul	5 204 474	71,50	28,50
São Lourenço do Sul	22 061	48,04	51,96
Canguçu	23 383	53,67	46,33
Santana do Livramento	34 826	56,33	43,67
Tramandaí	17 388	57,45	42,55
Capão da Canoa	19 985	60,89	39,11
São Borja	25 071	62,46	37,54
São Gabriel	24 362	63,65	36,35
Uruguaiana	52 521	63,90	36,10
Rosário do Sul	15 565	64,14	35,86
Santiago	21 941	64,75	35,25
Cruz Alta	29 185	66,11	33,89
Camaquã	27 529	66,86	33,14
Santo Antônio da Patrulha	19 268	67,95	32,05
Pelotas	144 003	68,88	31,12
Bagé	48 900	69,13	30,87
Ijuí	39 277	69,37	30,63
Alegrete	32 510	69,60	30,40
Cachoeira do Sul	36 037	69,67	30,33
Rio Grande	80 082	71,97	28,03
Viamão	110 766	72,31	27,69

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

Os indicadores levantados nesse capítulo apontam não somente ser maior a proporção de habitantes da Metade Sul que sobrevivem com baixos recursos financeiros, mas também alguns aspectos relacionados a qualidade de vida a região. Dessa forma, as políticas públicas para a região não devem ser pautadas apenas pela distribuição de renda, e sim na promoção de iniciativas que tragam bem-estar à população, promovendo o desenvolvimento humano.

Dentre as potencialidades que a região possui, Brasil (2013) identifica a abundância de recursos minerais, condições para exploração turística, proximidade com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), melhoria nas condições de transportes e a presença do porto em Rio Grande. Sobre este último, Carvalho, Carvalho e Domingues (2012), expõe o avanço que o polo naval trará para Rio Grande ao trazer investimentos para a região, gerando não apenas demandas inter-indústrias para o município, mas para toda a região em seu entorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se realizar um levantamento acerca das condições de pobreza na Metade Sul do Rio Grande de Sul. Para tanto, fez-se necessário, antes de qualquer avaliação empírica, retomar o que seria considerado como pobreza e entender que aspectos históricos da região criaram um ambiente propício para que estas situações ocorressem.

O primeiro passo foi realizar uma revisão na literatura sobre pobreza. Embora muito seja falado sobre pobreza cotidianamente, pode-se perceber como este é um conceito complexo, sendo um campo de pesquisa no qual surgem novos trabalhos continuamente. Apesar da constatação de que a renda é apenas mais um indicativo que deve ser levado em conta para avaliação da pobreza, esta norteia muitos trabalhos acadêmicos e políticas públicas nacionais. Isto é explicado pelo recurso monetário tratar-se de um indicador objetivo, geralmente com dados facilmente encontrados, e, em muitos casos, correlacionado à falta de outras necessidades básicas.

O enfoque na pobreza multidimensional, por sua vez, destaca a Abordagem da Capacitação de Amartya Sen, que é vista como um esforço para entender a pobreza como carência de alguns meios que permitam buscar o desenvolvimento humano. Os pobres não possuem acesso a serviços básicos que lhe permitam ter aspecto de gerência sobre sua vida. Dessa forma, enquanto os indicadores multidimensionais enriquecem muito o conceito de pobreza, eles esbarram na questão da mensuração de aspectos tão subjetivos. Chega-se a conclusão que as duas formas devem que ser usadas juntas para se ter um perfil completo da pobreza, que é o caso deste trabalho.

Efetivada esta revisão bibliográfica, partiu-se para outra que buscou realizar um breve levantamento acerca da história da Metade Sul. Buscaram-se principalmente aqueles pontos nos quais poderiam ser encontrados indícios do surgimento da indigência na região. Dessa forma, tratou-se de episódios como povoação, formação das estâncias, economia do charque e a não bem sucedida tentativa de industrialização.

A avaliação desses episódios da história gaúcha apontou que fatos como a concentração de renda, a distância entre os centros urbanos, a baixa densidade populacional e o predomínio da pecuária podem ser explicados pela dinâmica que a

distribuição de terras proporcionou. Estes aspectos comuns à região levam a situação de estagnação econômica ser tratada como algo estrutural, no qual a pobreza é uma das piores consequências.

Finalmente, mostrou-se por meio da análise de indicadores que a Metade Sul figura não apenas entre os municípios com piores indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB), mas entre os que apresentam significativo percentual de pobres entre sua população. Os apresentados no trabalho, com base nos Censos 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontaram problemas com rendimentos e fatores relacionados a qualidade de vida.

Dessa forma, a análise em termos de renda mostrou que é considerável a proporção de pessoas com rendimentos baixos. Além do mais, a taxa de ocupação para as quinze cidades de Metade Sul consideradas se fez baixa, piorando com a constatação de que muitos desses trabalhadores não contam com a os benefícios da Previdência Social. No que tange os aspectos multidimensionais, foram avaliadas variáveis como a taxa de alfabetização, condições de moradia, óbitos de crianças de menos de um ano e acesso a energia elétrica. Estes indicadores, com exceção da proporção de óbitos de criança sobre a população residente, indicam que a população da Metade sul vive em piores condições se comparada a outros municípios gaúchos com número de habitantes semelhante.

Além do mais, constatou-se que a Metade Sul vem perdendo população por meio de imigrações, o que pode ser explicado pela condição de seu mercado de trabalho. Muitos partem daquelas cidades que no passado atraíram um grande contingente populacional para suas indústrias, que, uma vez fechadas, obrigam muitos de seus trabalhadores a buscar centros mais dinâmicos. Também há muitos casos de antigos empregados das fazendas que trabalhavam na lida com gado e, com os avanços tecnológicos, foram para as cidades onde se encontram em condições de vida precárias e desempregados.

Dessa forma, pode-se aferir que a pobreza desses municípios, vai além da renda ao excluir parte da população de necessidades como educação e condições de moradia decente. Pode-se também perceber que a pobreza da região não é um fenômeno recente, podendo considerada estrutural. Uma situação dessas não pode ser resolvida apenas distribuindo renda aos necessitados. Devem ocorrer iniciativas de inserção social com vistas ao desenvolvimento humano, dando as pessoas recursos para que possam arquitetar seu próprio destino.

Sendo a pobreza não apenas fruto de uma conjuntura desfavorável, esta certamente pode ser relacionada a maneira com que ocorreu a distribuição e uso da terra. Mesmo em períodos econômicos favoráveis, a desigualdade social permaneceu, não havendo uma realocação dos recursos. Isto deixa claro que o estereótipo do gaúcho da Campanha como um homem forte, e, acima de tudo, livre, não é real, pelo menos na liberdade que Amartya Sen define.

Dessa forma, sugere-se que além de capacitar o seu capital humano, cabe a região trabalhar em busca de atividades econômicas que promovam o emprego pautadas em suas potencialidades. Os novos empreendimentos, como a silvicultura e o polo naval podem contribuir para o emprego, desde que haja atenção em relação à preservação da riqueza natural do Bioma Pampa.

Assim sendo, este trabalho caracterizou apenas um esforço para trazer a questão da pobreza da Metade Sul à tona. Uma análise mais detalhada não foi possível devido à limitação temporal, ainda mais quando se busca definir conceitos subjetivos como o de pobreza e eleger pontos relevantes da história gaúcha. No entanto, esta análise deixa espaço aberto para que a pobreza possa ser avaliada com instrumentos como econometria, cálculos vinculados aos indicadores de desenvolvimento humano ou análise demográfica levando em conta as características etárias da população, seja para a Metade Sul, ou para qualquer outra região.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silveira de. A produção da miséria na metade sul gaúcha a partir da apropriação dos fundos públicos. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 55 – 81, jul./dez. 2011,.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In.: ALONSO, J. A. F.; Benetti, M. D.; BANDEIRA, P. D. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994. p. 213-229.
- ALVES E. D. A.; CAVENAGHI S. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: GUIMARÃES, J. R. S. G. **Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações**. Campinas: ABEP, 2006. p. 257-286.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 26, p. 1-15, jun./2008.
- ANESI, S. A. O “nó” no eucalipto: a sustentabilidade da silvicultura na Metade Sul. SEMINÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO PARAÍBA DO SUL: O EUCALIPTO E O CICLO HIDROLÓGICO, 1., 2007, Taubaté. **Anais...** Disponível em: <<http://www.agro.unitau.br/serhidro/doc/pdfs/351-358.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2013.
- AREND, M. Abordagem evolucionista para análise do desenvolvimento e do desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m23t04.pdf>> Acesso em: 22 abr. 2013.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrio no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da teoria institucional de Douglas North. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. especial, p. 63-94. 2005. <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/2076/2458>>. Acesso em 8 maio 2013.
- AYRES, A. J. S.; SANTOS, P. B. dos; SOUZA, O. T. de; ALVIM, A. M. Indústria arrozeira no Rio Grande do Sul: notas sobre a atividade e a estrutura produtiva. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 5., 2012, Porto Alegre, **Anais...** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeeg/5/54.doc>> Acesso em: 3 jun. 2013.
- BANDEIRA, p. S.; As raízes históricas do declínio da região Sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho.; BANDEIRA, Pedro Silveira; BENETTI, M. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.
- BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V. C. P.; VIANA, J. G. A. As desigualdades regionais e o Processo de concentração Econômica no Rio Grande do Sul. In: JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2005, Porto Alegre, **Anais...** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e2-03.pdf>> Acesso em: 31 maio 2013.

BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V.; ALVES F. D. As desigualdades regionais do Rio Grande do Sul e o setor Agropecuário: uma análise econômica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga, **Anais...** Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/extrural/vicentepp/arquivospdf/Anais%20CIDRAF-Inajara.pdf>> Acesso em 25 maio 2013.

BBC. **Pobreza no mundo preocupa 94% dos brasileiros, diz pesquisa.** *BBC Brasil*. 18 jan. 2010. Disponível em : <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100118_pesquisa_bbc_world_speaks_rw.shtml> Acesso em: 8 jun 2013.

BENETTI, M. D. Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 4, p. 129-142. mar. 2007. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1531/1901>> Acesso em 13 jun. 2013

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Atlas das mesorregiões: metade sul do Rio Grande do Sul.** 2013. Disponível em: <<http://200.198.213.88/spr/mesorregiao.php?id=Metade>>. Acesso em: 13 jun. 2013

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938. Seção 1. P 9957.

CARVALHO, D. S.; CARVALHO, A. B.; DOMINGUES, M. V. de La R. Polo Naval e Desenvolvimento Regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul. . In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa7/Polo_Naval_e_Developmento_Regional_da_Metade_Sul_do_RS.pdf> Acesso em: 05 jun. 2013.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CRESPO, P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 01-12, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol1-num2-2002/pobreza-como-fenomeno-multidimensional>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DALBIANCO, V. P.; BRITO, A. N. S.; NEUMANN, P. S. A concentração fundiária na Metade Sul Rio-Grandense: uma análise sobre a utilização dos corredores para a criação de bovinos na APA do Rio Ibirapuã. In: SOBER CONGRESSO, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/670.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Salário mínimo nominal e necessário.** 2013.

Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. **Cesta Básica Nacional:** metodologia. 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013

FIALKOW, J. C. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: algumas ideias a partir das teorias de desenvolvimento regional. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa11/Evolucao_das_Desigualdades_Regionais_no_RS-Algumas_ideias_a_partir_de_Teorias_de_Developimento_Regional.pdf> Acesso em: 22 abr. 2013.

FONSECA, P. C. D. **RS:** economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000:** Resultados por Universo. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/ufs.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm> Acesso em: 03 jul. 2013.

_____. **Censos Demográficos:** resultados por amostra. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm> Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. **Censos Demográficos:** resultados por universo. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm> Acesso em: 03 jun. 2013.

ILHA, A. da S.; ALVES, F. D.; SARAIVA, L. H. B. Desigualdades regionais no Rio Grande: o caso metade sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_3_ilha_alves_saravia.pdf> Acesso em: 22 maio 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero:** uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?q=http://www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%2520fome.pdf&sa=U&ei=-GPAUfaSIKje0gHI34GwAw&ved=0CBwQFjAA&usg=AFQjCNErhnlRFbpiKP0FrdXtAf7FE6q0w>. Acesso em: 8 abr. 2013.

LEÃO, R. de S. **Caracterização da Pobreza na Região Centro Sul do Rio Grande do Sul, no período de 1991 a 2000 sob o enfoque das capacitações.** 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINI, R. A. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 81-102, jan./jun. 2010.

MARTINS, S. F. O papel da cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930). In: JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2005, Porto Alegre, **Anais...** Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf>> Acesso em: 24 abr. 2013.

MATEI, A. P.; FILIPPI, E. E. O bioma pampa e o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre, **Anais...** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa8/O_Bioma_Pampa_e_o_Desenvolvimento_Regional_no_RS.pdf> Acesso em: 3 jun. 2013.

MENEZES, G. R.; FEIJÓ, F. T. O contraste econômico entre as metades sul e norte do rio grande do sul: uma aplicação do modelo da base econômica. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. **Anais...** 2008, Porto Alegre,. v. 1. p. 1-20.

OLIVEIRA, G.de; PEREIRA, A. da S. O diferencial de desempenho socioeconômico nos municípios gaúchos 1970-2000: evidências através de utilização de regressões quantílicas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. especial, jun. 2011, p. 599-634. . Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2573>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

OLIVEIRA, R. B. de.; BUAINAIN, A. M.; NEDER, H. D. Pobreza: conceitos e mensuração. In: MIRANDA, C; TIBURCIO, B. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 2012. Cap. 2, p. 241-258. (Série Desenvolvimento Sustentável, v. 16).

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D. e SOUZA, P. H. G. F. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. **Textos para Discussão IPEA**, Brasília, n. 1619, p. 1-20, maio 2011.

PICOLOTTO, V. da C. **Pobreza e desenvolvimento sob os paradigmas da renda e das capacitações**: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através de indicadores fuzzy. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **O que é o IDH**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH>. Acesso em: 25 abr 2013.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011**. New York, 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf> Acesso em: 25 abr. 2013.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise na Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão: Federação Universidade Federal do Pampa, 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEN, A. K. Pobreza como privação de capacidades. In: _____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 120-149.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA E CARIBENHA SOBRE A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO HUMANO, 3., 2010, Porto Alegre, **Anais...** Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/abordagem-das-capacitacoes-um-estudo-empirico-sobre-pobreza.pdf>> Acesso em: 01 maio 2013

WAQUIL, P. D.; FILIPPI E. E. Desigualdades regionais e desempenho diferenciado dos municípios do Rio Grande do Sul: uma análise a partir de elementos rurais. In: PAIVA, C. Á. (org.). **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 232-254.

WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. de. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. especial, p. 621-644, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2023>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

_____. Pobreza rural e urbana no Rio Grande do Sul: uma visão além da renda. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 105-122, 2003.

ZANDONAI, C. O. **A pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

APÊNDICE A - Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande do Sul – 2010

Cinquenta maiores municípios do RS	Taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade (%)
Total	94,1
Canguçu	90,1
Santo Antônio da Patrulha	90,2
São Gabriel	91,0
Rosário do Sul	91,2
Cachoeira do Sul	91,6
Camaquã	91,6
São Borja	92,4
Parobé	93,2
Alvorada	93,4
Alegrete	93,5
Vacaria	93,6
Rio Grande	93,6
Tramandaí	93,7
Viamão	93,7
São Lourenço do Sul	93,8
Capão da Canoa	93,8
Sapiranga	93,8
Bagé	93,8
Taquara	93,9
Uruguaiana	94,0
Osório	94,1
Venâncio Aires	94,3
Pelotas	94,3
Cruz Alta	94,4
Santiago	94,4
Guaíba	94,5
Santana do Livramento	94,5
Novo Hamburgo	94,5
São Leopoldo	94,5
Santo Ângelo	94,6
Carazinho	94,6
Gravataí	94,7
Ijuí	94,7
Montenegro	94,9
Sapucaia do Sul	94,9
Passo Fundo	95,0
Cachoeirinha	95,0
Santa Rosa	95,2
Canoas	95,3
Campo Bom	95,4
Esteio	95,4
Santa Cruz do Sul	95,4
Estância Velha	95,4
Lajeado	95,5
Santa Maria	95,5
Erechim	95,7
Caxias do Sul	95,9
Porto Alegre	96,0
Farroupilha	96,3
Bento Gonçalves	96,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

APÊNDICE B - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes, por adequação da moradia, segundo os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010

(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Moradores em domicílios particulares permanentes			
	Total	Adequação da moradia		
		Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Rio Grande do Sul	10 632 450	55,76	43,50	0,73
Canguçu	53 048	28,32	62,38	9,30
São Lourenço do Sul	42 864	34,78	60,49	4,74
Camaquã	62 209	61,36	36,05	2,59
São Gabriel	59 537	53,90	44,23	1,87
São Borja	61 275	46,29	52,25	1,46
Cachoeira do Sul	83 137	30,97	67,70	1,33
Rosário do Sul	39 513	49,95	48,77	1,27
Alegrete	77 082	58,72	40,10	1,19
Santana do Livramento	82 129	59,37	39,52	1,12
Venâncio Aires	65 515	60,07	38,90	1,03
Uruguaiana	124 352	56,14	42,98	0,87
Vacaria	60 938	74,77	24,70	0,53
Pelotas	326 938	65,87	33,64	0,49
Santa Cruz do Sul	117 377	76,07	23,51	0,41
Bagé	116 348	63,26	36,33	0,41
Santo Antônio da Patrulha	39 526	38,17	61,46	0,37
Taquara	54 211	45,62	54,01	0,37
Cruz Alta	62 404	32,28	67,35	0,37
Canoas	323 066	73,47	26,17	0,35
Santa Maria	259 311	68,28	31,39	0,32
Carazinho	58 872	39,92	59,86	0,21
Estância Velha	42 465	52,92	46,87	0,21
Capão da Canoa	41 830	47,44	52,35	0,21
Erechim	95 520	79,32	20,48	0,20
Viamão	237 832	53,38	46,42	0,20
Farroupilha	63 421	74,53	25,29	0,19
Santiago	48 763	66,42	33,40	0,18
Santa Rosa	68 106	34,82	65,00	0,18
Cachoeirinha	118 028	67,33	32,50	0,17
Gravataí	255 086	55,66	44,20	0,14
Ijuí	78 046	49,80	50,06	0,14
Santo Ângelo	75 792	25,27	74,63	0,10
Passo Fundo	183 597	45,55	54,36	0,09
Alvorada	194 994	63,18	36,73	0,09
Rio Grande	195 766	64,89	35,02	0,08
Sapiranga	74 827	47,27	52,65	0,08
Sapucaia do Sul	130 638	66,95	32,97	0,07
São Leopoldo	213 285	76,20	23,73	0,07
Parobé	51 370	34,19	65,75	0,06
Bento Gonçalves	106 793	76,62	23,33	0,05
Guaíba	95 021	68,56	31,40	0,04
Porto Alegre	1 397 394	76,32	23,65	0,03
Caxias do Sul	433 965	80,25	19,74	0,01
Tramandaí	41 450	40,55	59,45	-
Osório	40 815	46,13	53,87	-
Novo Hamburgo	238 134	60,62	39,38	-
Campo Bom	59 667	62,58	37,42	-
Montenegro	58 595	63,85	36,15	-
Lajeado	70 949	68,56	31,44	-
Esteio	80 495	72,10	27,90	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).

APÊNDICE C- Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

Cinquenta maiores municípios do RS	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Existência de banheiro ou sanitário	
		Tinham	Não tinham
Rio Grande do Sul	3 599 604	0,993	0,007
Canguçu	17 565	0,924	0,076
São Lourenço do Sul	13 375	0,967	0,033
Uruguaiana	37 422	0,989	0,011
Alegrete	25 921	0,991	0,009
Santo Antônio da Patrulha	13 791	0,991	0,009
São Gabriel	19 975	0,992	0,008
Pelotas	113 951	0,993	0,007
Alvorada	60 211	0,993	0,007
Santana do Livramento	27 381	0,993	0,007
Rosário do Sul	13 158	0,993	0,007
Rio Grande	66 606	0,993	0,007
Cachoeira do Sul	29 374	0,993	0,007
Venâncio Aires	23 011	0,993	0,007
Camaquã	20 758	0,994	0,006
Vacaria	19 835	0,994	0,006
Viamão	75 516	0,995	0,005
Tramandaí	13 768	0,995	0,005
Sapucaia do Sul	42 735	0,995	0,005
Santa Maria	87 450	0,995	0,005
Bagé	38 504	0,995	0,005
Cruz Alta	21 283	0,996	0,004
Santa Cruz do Sul	40 540	0,996	0,004
Gravataí	82 378	0,996	0,004
São Borja	19 594	0,996	0,004
Parobé	16 807	0,996	0,004
Capão da Canoa	13 644	0,996	0,004
Montenegro	19 940	0,996	0,004
Canoas	103 914	0,996	0,004
Taquara	18 505	0,996	0,004
Esteio	26 387	0,996	0,004
Carazinho	20 161	0,997	0,003
Porto Alegre	508 456	0,997	0,003
São Leopoldo	71 208	0,997	0,003
Passo Fundo	61 744	0,997	0,003
Guaíba	31 242	0,997	0,003
Santo Ângelo	25 734	0,997	0,003
Novo Hamburgo	80 409	0,997	0,003
Osório	13 415	0,997	0,003
Ijuí	26 781	0,998	0,002
Sapiranga	24 487	0,998	0,002
Santiago	17 202	0,998	0,002
Cachoeirinha	38 874	0,998	0,002
Estância Velha	13 917	0,998	0,002
Caxias do Sul	146 830	0,998	0,002
Campo Bom	19 996	0,998	0,002
Santa Rosa	23 356	0,998	0,002
Erechim	33 097	0,998	0,002
Lajeado	24 962	0,999	0,001
Bento Gonçalves	36 513	0,999	0,001
Farroupilha	20 573	0,999	0,001

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

APÊNDICE D - Domicílios particulares permanentes, por destino do lixo, segundo os municípios, do Rio Grande do Sul - 2010

(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Destino do lixo	
		Coletado	Outro
Total	3 599 604	0,921	0,079
Canguçu	17 565	0,441	0,559
São Lourenço do Sul	13 375	0,657	0,343
Rosário do Sul	13 158	0,861	0,139
Camaquã	20 758	0,873	0,127
Venâncio Aires	23 011	0,877	0,123
Alegrete	25 921	0,890	0,110
São Gabriel	19 975	0,891	0,109
São Borja	19 594	0,894	0,106
Santo Antônio da Patrulha	13 791	0,900	0,100
Santana do Livramento	27 381	0,906	0,094
Cachoeira do Sul	29 374	0,916	0,084
Ijuí	26 781	0,923	0,077
Santiago	17 202	0,927	0,073
Santo Ângelo	25 734	0,949	0,051
Uruguaiana	37 422	0,951	0,049
Cruz Alta	21 283	0,955	0,045
Farroupilha	20 573	0,956	0,044
Santa Rosa	23 356	0,956	0,044
Vacaria	19 835	0,968	0,032
Bagé	38 504	0,968	0,032
Pelotas	113 951	0,971	0,029
Erechim	33 097	0,971	0,029
Taquara	18 505	0,972	0,028
Carazinho	20 161	0,974	0,026
Santa Maria	87 450	0,979	0,021
Santa Cruz do Sul	40 540	0,983	0,017
Viamão	75 516	0,983	0,017
Rio Grande	66 606	0,985	0,015
Bento Gonçalves	36 513	0,986	0,014
Caxias do Sul	146 830	0,987	0,013
Guaíba	31 242	0,989	0,011
Passo Fundo	61 744	0,989	0,011
Osório	13 415	0,990	0,010
Parobé	16 807	0,990	0,010
Tramandaí	13 768	0,992	0,008
Montenegro	19 940	0,992	0,008
Gravataí	82 378	0,993	0,007
Canoas	103 914	0,994	0,006
Sapiranga	24 487	0,994	0,006
Cachoeirinha	38 874	0,994	0,006
Alvorada	60 211	0,994	0,006
São Leopoldo	71 208	0,995	0,005
Estância Velha	13 917	0,995	0,005
Sapucaia do Sul	42 735	0,996	0,004
Esteio	26 387	0,996	0,004
Novo Hamburgo	80 409	0,996	0,004
Porto Alegre	508 456	0,997	0,003
Capão da Canoa	13 644	0,997	0,003
Lajeado	24 962	0,998	0,002
Campo Bom	19 996	0,999	0,001

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

APÊNDICE E - Proporção sobre a população residente dos óbitos de crianças de menos de 1 ano de idade que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010, segundo os municípios do Rio Grande do Sul

Cinquenta maiores municípios do RS	População Residente	Óbitos de crianças menores de 1 ano de idade que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de ago/2009 a jul/2010
Rio Grande Do Sul	10 693 929	0,0134
Vacaria	61 342	0,0245
Farroupilha	63 635	0,0204
Santo Antônio da Patrulha	39 685	0,0202
Taquara	54 643	0,0201
Alvorada	195 673	0,0194
Cachoeira do Sul	83 827	0,0191
Sapiranga	74 985	0,0187
Montenegro	59 415	0,0185
Passo Fundo	184 826	0,0184
Santiago	49 071	0,0183
Uruguaiana	125 435	0,0183
Santana do Livramento	82 464	0,0170
Tramandaí	41 585	0,0168
Capão da Canoa	42 040	0,0167
Cruz Alta	62 821	0,0159
Erechim	96 087	0,0156
Parobé	51 502	0,0155
Canguçu	53 259	0,0150
Santa Maria	261 031	0,0149
Caxias do Sul	435 564	0,0149
Sapucaia do Sul	130 957	0,0145
São Leopoldo	214 087	0,0145
São Lourenço do Sul	43 111	0,0139
Rio Grande	197 228	0,0137
Carazinho	59 317	0,0135
Campo Bom	60 074	0,0133
Santa Rosa	68 587	0,0131
Santo Ângelo	76 275	0,0131
São Borja	61 671	0,0130
Gravataí	255 660	0,0129
Pelotas	328 275	0,0128
Viamão	239 384	0,0125
São Gabriel	60 425	0,0116
Ijuí	78 915	0,0114
Lajeado	71 445	0,0112
Camaquã	62 764	0,0112
Canoas	323 827	0,0108
Porto Alegre	1 409 351	0,0107
Venâncio Aires	65 946	0,0106
Novo Hamburgo	238 940	0,0100
Esteio	80 755	0,0099
Bagé	116 794	0,0094
Estância Velha	42 574	0,0094
Cachoeirinha	118 278	0,0093
Guaíba	95 204	0,0084
Bento Gonçalves	107 278	0,0084
Alegrete	77 653	0,0077
Rosário do Sul	39 707	0,0076
Santa Cruz do Sul	118 374	0,0042
Osório	40 906	0,0024

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

APÊNDICE F - Domicílios particulares permanentes, por existência de energia elétrica, segundo as mesorregiões os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010
(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Existência de energia elétrica	
		Tinham	Não tinham
Rio Grande do Sul	3 599 604	99,642	0,358
São Gabriel	19 975	98,283	1,717
São Lourenço do Sul	13 375	98,946	1,054
Santana do Livramento	27 381	99,098	0,902
Alegrete	25 921	99,151	0,849
Canguçu	17 565	99,249	0,751
Rosário do Sul	13 158	99,270	0,730
Uruguaiana	37 422	99,287	0,713
São Borja	19 594	99,393	0,607
Cruz Alta	21 283	99,450	0,550
Santo Antônio da Patrulha	13 791	99,456	0,544
Cachoeirinha	38 874	99,501	0,499
Cachoeira do Sul	29 374	99,530	0,470
Ijuí	26 781	99,537	0,463
Pelotas	113 951	99,542	0,458
Camaquã	20 758	99,566	0,434
Taquara	18 505	99,606	0,394
Bagé	38 504	99,610	0,390
Rio Grande	66 606	99,619	0,381
Tramandaí	13 768	99,622	0,378
Santiago	17 202	99,651	0,349
Santa Maria	87 450	99,674	0,326
Carazinho	20 161	99,683	0,317
Viamão	75 516	99,695	0,305
Sapucaia do Sul	42 735	99,696	0,304
Vacaria	19 835	99,718	0,282
Guaíba	31 242	99,718	0,282
Santo Ângelo	25 734	99,732	0,268
Alvorada	60 211	99,734	0,266
Gravataí	82 378	99,751	0,249
Venâncio Aires	23 011	99,757	0,243
Santa Cruz do Sul	40 540	99,758	0,242
Montenegro	19 940	99,759	0,241
Parobé	16 807	99,768	0,232
Passo Fundo	61 744	99,781	0,219
Sapiranga	24 487	99,796	0,204
Capão da Canoa	13 644	99,817	0,183
Osório	13 415	99,836	0,164
Santa Rosa	23 356	99,846	0,154
Esteio	26 387	99,856	0,144
São Leopoldo	71 208	99,858	0,142
Canoas	103 914	99,859	0,141
Lajeado	24 962	99,864	0,136
Novo Hamburgo	80 409	99,881	0,119
Erechim	33 097	99,891	0,109
Campo Bom	19 996	99,895	0,105
Porto Alegre	508 456	99,898	0,102
Estância Velha	13 917	99,907	0,093
Farroupilha	20 573	99,917	0,083
Bento Gonçalves	36 513	99,932	0,068
Caxias do Sul	146 830	99,937	0,063

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).

APÊNDICE G - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal, segundo os 50 maiores municípios do Rio Grande do Sul - 2010

(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Pessoas de 10 anos ou mais de idade								
	Total	Classes de rendimento nominal mensal (salário mínimo) (1)							
		Até 1/2	1/2 a 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	>20	Sem rend.(2)
Rio Grande Do Sul	9 326 208	3,88	20,10	25,51	15,33	4,43	1,39	0,46	28,90
Canguçu	46 504	10,62	29,93	17,42	7,20	1,43	0,30	0,09	33,02
São Borja	53 491	6,71	24,97	18,63	9,87	2,83	0,75	0,24	36,00
Sant'Ana do Livramento	70 961	6,61	26,96	19,28	10,03	3,15	0,85	0,30	32,82
São Lourenço do Sul	38 279	6,60	30,00	21,16	10,15	2,43	0,59	0,17	28,90
Rosário do Sul	34 369	6,46	28,96	18,55	9,87	2,69	0,66	0,16	32,66
São Gabriel	52 327	6,32	26,71	18,94	9,49	3,13	0,97	0,28	34,15
Alegrete	67 955	6,13	24,51	20,84	10,96	3,65	0,91	0,25	32,75
Santiago	43 197	5,74	25,02	21,05	12,94	4,85	1,19	0,26	28,94
Santo Ângelo	66 474	5,51	21,40	24,81	14,06	4,44	1,50	0,48	27,80
Cachoeira do Sul	73 443	5,30	25,03	22,52	12,06	3,54	0,98	0,23	30,33
Uruguaiana	104 888	4,74	20,86	20,85	11,29	3,17	0,95	0,32	37,83
Camaquã	54 523	4,64	25,70	21,16	11,25	2,59	0,58	0,19	33,89
Ijuí	69 399	4,45	19,91	25,47	16,09	4,64	1,29	0,37	27,78
Bagé	101 065	4,34	24,93	20,87	11,14	3,74	1,05	0,31	33,61
Cruz Alta	54 468	4,32	21,72	22,24	14,16	4,48	1,16	0,32	31,59
Venâncio Aires	58 422	4,18	28,81	30,50	11,71	2,36	0,52	0,15	21,76
Santa Rosa	60 271	3,94	19,22	28,13	16,23	4,20	1,07	0,25	26,95
Santo Antônio da Patrulha	34 697	3,48	30,60	26,09	10,97	2,28	0,51	0,12	25,96
Rio Grande	171 384	3,47	20,15	21,12	15,08	4,25	1,25	0,29	34,39
Pelotas	288 954	3,45	21,64	22,75	13,30	4,26	1,43	0,38	32,79
Tramandaí	35 324	3,34	19,79	23,96	14,42	3,59	0,92	0,27	33,71
Guaíba	82 102	3,32	18,55	26,42	15,32	3,15	0,63	0,16	32,45
Santa Maria	229 499	3,19	17,52	21,80	16,26	6,75	2,40	0,63	31,46
Carazinho	51 682	3,15	19,80	26,59	15,76	4,09	1,00	0,29	29,32
Osório	35 536	2,81	20,04	25,16	16,32	4,48	1,19	0,34	29,67
Montenegro	51 526	2,74	17,44	29,00	16,82	4,11	1,05	0,27	28,57
São Leopoldo	184 202	2,68	15,57	27,79	17,21	4,74	1,35	0,35	30,31
Capão da Canoa	35 648	2,67	15,24	27,10	17,51	3,99	0,87	0,27	32,36
Viamão	203 522	2,67	19,49	27,78	13,34	2,71	0,57	0,12	33,31
Alvorada	164 341	2,66	18,48	29,46	12,75	1,72	0,22	0,04	34,67
Taquara	47 127	2,57	20,99	29,94	14,92	3,61	1,03	0,31	26,64
Sapucaia do Sul	112 275	2,48	15,54	26,97	18,03	2,85	0,41	0,09	33,62
Vacaria	52 200	2,38	23,33	26,34	13,72	3,52	0,87	0,24	29,61
Gravataí	219 132	2,33	15,82	28,16	16,97	3,22	0,57	0,14	32,78
Sapiranga	63 931	2,32	19,21	38,11	13,29	2,40	0,47	0,12	24,09
Parobé	43 784	2,25	20,90	37,65	11,60	1,66	0,29	0,05	25,59
Esteio	70 107	2,19	14,32	25,96	20,51	4,91	1,08	0,21	30,81
Novo Hamburgo	207 663	2,11	16,61	30,20	16,22	4,62	1,42	0,49	28,33
Passo Fundo	160 354	2,05	16,87	27,95	17,96	5,38	1,65	0,56	27,56
Erechim	84 637	1,92	16,22	29,93	20,35	5,00	1,33	0,37	24,89
Santa Cruz do Sul	104 602	1,88	20,21	29,70	17,01	4,81	1,49	0,48	24,42
Canoas	278 480	1,72	14,69	26,67	17,78	4,99	1,35	0,30	32,50
Estância Velha	37 018	1,71	15,98	34,56	17,59	3,33	0,64	0,16	26,04
Cachoeirinha	102 430	1,69	14,16	28,85	19,09	4,04	0,77	0,13	31,26
Lajeado	62 852	1,60	14,58	34,33	21,03	5,73	1,58	0,53	20,63
Campo Bom	52 447	1,47	17,45	36,26	17,01	3,40	0,73	0,20	23,49
Porto Alegre	1 245 942	1,42	13,53	22,32	19,45	9,62	4,36	1,71	27,58
Caxias do Sul	380 501	1,33	10,45	28,92	25,66	6,63	1,65	0,52	24,84
Farroupilha	56 147	1,26	12,48	36,03	22,30	4,77	0,96	0,24	21,96
Bento Gonçalves	95 625	1,13	11,09	34,68	24,65	5,87	1,36	0,40	20,82

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010).

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(2) Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios.

APÊNDICE H - Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo os municípios do Rio Grande Do Sul - 2010

(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
	Total
Total	59,4
Rio Grande	48,0
Rosário do Sul	48,6
Bagé	49,6
São Borja	49,7
São Gabriel	50,1
Tramandaí	50,6
Alegrete	51,6
Uruguaiana	51,7
Pelotas	51,8
Cachoeira do Sul	52,9
Santana do Livramento	53,6
Santa Maria	53,9
Sapucaia do Sul	54,4
Carazinho	54,5
Guaíba	54,7
Camaquã	54,8
Gravataí	54,9
Alvorada	55,3
Esteio	55,4
Santiago	55,6
Viamão	56,2
Cruz Alta	56,3
Canoas	56,5
Vacaria	56,5
Capão da Canoa	57,2
Osório	57,2
Cachoeirinha	57,3
São Leopoldo	57,3
Santo Ângelo	57,8
Porto Alegre	58,5
Ijuí	58,7
Montenegro	59,2
Passo Fundo	59,6
Santa Rosa	60,7
Erechim	60,9
Novo Hamburgo	61,2
Taquara	61,9
Santa Cruz do Sul	62,3
Santo Antônio da Patrulha	63,0
São Lourenço do Sul	64,3
Caxias do Sul	64,6
Sapiranga	64,9
Parobé	65,0
Campo Bom	65,1
Canguçu	65,4
Estância Velha	65,8
Bento Gonçalves	67,2
Venâncio Aires	67,2
Lajeado	68,2
Farroupilha	68,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).

APÊNDICE I - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho, segundo os municípios do Rio Grande do Sul - 2010

(em %)

Cinquenta maiores municípios do RS	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho		
	Total	Condição de contribuição para instituto de previdência oficial em qualquer trabalho	
		Contribuintes	Não contribuintes
Rio Grande do Sul	5 204 474	71,50	28,50
São Lourenço do Sul	22 061	48,04	51,96
Canguçu	23 383	53,67	46,33
Santana do Livramento	34 826	56,33	43,67
Tramandaí	17 388	57,45	42,55
Capão da Canoa	19 985	60,89	39,11
São Borja	25 071	62,46	37,54
São Gabriel	24 362	63,65	36,35
Uruguaiana	52 521	63,90	36,10
Rosário do Sul	15 565	64,14	35,86
Santiago	21 941	64,75	35,25
Cruz Alta	29 185	66,11	33,89
Camaquã	27 529	66,86	33,14
Santo Antônio da Patrulha	19 268	67,95	32,05
Pelotas	144 003	68,88	31,12
Bagé	48 900	69,13	30,87
Ijuí	39 277	69,37	30,63
Alegrete	32 510	69,60	30,40
Cachoeira do Sul	36 037	69,67	30,33
Rio Grande	80 082	71,97	28,03
Viamão	110 766	72,31	27,69
Alvorada	90 149	72,43	27,57
Taquara	27 680	72,64	27,36
Santo Ângelo	36 000	73,62	26,38
Osório	19 548	73,65	26,35
Guaíba	44 283	73,93	26,07
Gravataí	118 053	74,03	25,97
Parobé	27 982	74,16	25,84
Santa Maria	119 529	74,32	25,68
Carazinho	27 149	74,70	25,30
São Leopoldo	104 606	75,39	24,61
Novo Hamburgo	124 973	75,71	24,29
Sapiranga	40 600	76,01	23,99
Sapucaia do Sul	60 022	76,59	23,41
Canoas	155 172	76,74	23,26
Porto Alegre	717 758	76,77	23,23
Cachoeirinha	58 008	77,11	22,89
Estância Velha	23 569	77,20	22,80
Santa Rosa	34 806	77,64	22,36
Venâncio Aires	35 412	77,85	22,15
Campo Bom	33 876	77,88	22,12
Montenegro	29 476	78,24	21,76
Vacaria	28 223	79,11	20,89
Esteio	38 551	79,73	20,27
Erechim	50 282	79,88	20,12
Passo Fundo	93 569	80,12	19,88
Santa Cruz do Sul	62 616	80,92	19,08
Farroupilha	37 440	82,83	17,17
Bento Gonçalves	62 106	83,31	16,69
Caxias do Sul	241 745	83,76	16,24
Lajeado	41 738	84,53	15,47

Fonte : Elaboração própria com base nos dados de IBGE (2010b).